

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2019/2020**



Trabalho de Investigação Individual

**A CAPACIDADE DE EMPENHAMENTO EM INTERVENÇÃO
HUMANITÁRIA E EM ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA DAS FORÇAS
ARMADAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Vítor Hugo Dias de Almeida
CORONEL DE ARTILHARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A CAPACIDADE DE EMPENHAMENTO EM
INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E ASSISTÊNCIA
HUMANITÁRIA DAS FORÇAS ARMADAS**

COR ART Vítor Hugo Dias de Almeida

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Pedrouços 2020



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A CAPACIDADE DE EMPENHAMENTO EM
INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E ASSISTÊNCIA
HUMANITÁRIA DAS FORÇAS ARMADAS**

COR ART Vítor Hugo Dias de Almeida

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: COR ENGAER Bernardino José Garcia dos Santos

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Vítor Hugo Dias de Almeida**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitária das Forças Armadas**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2019/2020** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 09 de junho de 2020

Vítor Hugo Dias de Almeida
Coronel de Artilharia



Agradecimentos

Toda a realização humana, mesmo que individual, é consequência de um conjunto diversificado de experiências, de instituições e sobretudo de pessoas. Por isso, o meu primeiro reconhecimento é dirigido ao Exército e a todos camaradas com quem tive e tenho tido a enorme distinção de servir e que muito contribuíram para a minha aprendizagem e crescimento como militar.

Em segundo lugar, um agradecimento ao meu Orientador, Coronel Bernardino dos Santos, pela disponibilidade e camaradagem demonstrada durante a realização deste Trabalho de Investigação Individual.

Pretendo igualmente agradecer a todos os entrevistados, por disponibilizarem o seu tempo, saber e experiência, que muito contribuiu para valorizar o trabalho, nomeadamente: Sr. Tenente-General Paulino Serronha, Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares; Sr. Tenente-General Martins Pereira, Comandante das Forças Terrestres; Sr. Tenente-General Justino Craveiro, Comandante Aéreo; Sr. Contra-Almirante Antunes Rodrigues, 2.º Comandante Naval; e Sr. Brigadeiro-General Duarte Costa, Comandante Nacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil.

Um especial agradecimento ao Brigadeiro-General Rui Ferreira, Coronel Machado Barroso, Tenente-Coronel Dias da Costa, Tenente-Coronel Silva Costa, Tenente-Coronel Ricardo Camilo, Capitão-de-Fragata Pereira Mendes e Major Diogo Serrão, pela inteira disponibilidade demonstrada, camaradagem e incansável apoio no fornecimento de documentos e partilha de conhecimentos.

Aos Auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2019-2020 o meu agradecimento pela amizade, salutar camaradagem e partilha de conhecimentos e experiências. Bem hajam.

Finalmente, um agradecimento sentido e muito especial à minha família, Cristina e Tiago, que muitas vezes sofreram as minhas ansiedades e ausências, pela compreensão, tolerância, total apoio e estímulo.

Aos meus pais, em sua memória.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Revisão da literatura e metodologia	6
2.1. Revisão da literatura	6
2.1.1. Base conceitual	6
2.1.2. Base legislativa nacional.....	7
2.1.3. Base doutrinária	8
2.2. Metodologia.....	12
2.3. Síntese conclusiva.....	15
3. Operações humanitárias – Casos de estudo	16
3.1. Operação humanitária – Timor-Leste em 1999-2000.....	16
3.1.1. Enquadramento	16
3.1.2. Apoio militar internacional.....	17
3.2. Operação humanitária – terremoto no Paquistão em 2005	19
3.2.1. Enquadramento	19
3.2.2. Apoio militar internacional.....	21
3.3. Operação humanitária – terremoto no Haiti em 2010	23
3.3.1. Enquadramento	23
3.3.2. Apoio da MINUSTAH.....	24
3.3.3. Apoio militar internacional.....	24
3.4. Análise comparativa	27
3.5. Síntese conclusiva e resposta.....	28
4. Aprendizagens das operações humanitárias	29
4.1. Operação humanitária – Timor-Leste em 1999-2000.....	29
4.2. Operação humanitária – Paquistão em 2005	30
4.3. Operação humanitária – Haiti em 2010.....	31
4.4. Síntese conclusiva.....	32
5. O emprego das Forças Armadas em intervenção e assistência humanitária	33
5.1. Capacidades militares do Sistema de Forças para intervenção e assistência humanitária	33



5.2. Capacidade de empenhamento das Forças Armadas portuguesas em intervenção e assistência humanitária	34
5.3. Ponto de situação da Lei de Programação Militar	36
5.4. Síntese conclusiva.....	39
6. Conclusões.....	40
Referências bibliográficas	46

Índice de Anexos

Anexo A — Missões da Forças Armadas	Anx A-1
---	---------

Índice de Apêndices

Apêndice A — Corpo de Conceitos	Apd A-1
Apêndice B — Capacidades/recursos militares relevantes para emprego em catástrofes naturais	Apd B-1
Apêndice C — Modelo de análise	Apd C-1
Apêndice D — Operações humanitárias: Casos de estudo.....	Apd D-1
Apêndice E — Quadro comparativo das capacidades empenhadas nas missões estudadas....	Apd E-1
Apêndice F — Guião das entrevistas e análise das respostas.....	Apd F-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Número de desastres naturais em 2019, por continente.....	1
Figura 2 – Número de conflitos por tipologia, 1946–2018	2
Figura 3 – Projeção de necessidades humanitárias (2015–2022).....	2
Figura 4 - “Cebola” da investigação.....	4
Figura 5 - Processo político e implementação das operações	9
Figura 6 – Principais atividades das operações multidimensionais de <i>peacekeeping</i>	9
Figura 7 – Percorso metodológico.....	14
Figura 8 – República Democrática de Timor-Leste	16
Figura 9 - República Islâmica do Paquistão	20
Figura 10 – República do Haiti	23
Figura 11 - Militares da JTF-Haiti na Operação <i>Unified Response</i>	24
Figura 12 – Deslocamento da população para áreas não afetadas no Haiti.....	Apd D-3



Figura 13 - QG da MINUSTAH após o terremoto Apd D-5

Índice de Quadros

Quadro 1 - Objetivos da investigação.....	3
Quadro 2 – Questões da investigação.....	4
Quadro 3 – Modelo de análise.....	13
Quadro 4 - Apoio militar internacional em TL.....	18
Quadro 5 – Síntese das valências/capacidades militares empregues em TL.....	19
Quadro 6 - Apoio militar internacional em resposta ao terremoto no Paquistão	22
Quadro 7 – Síntese das valências/capacidades militares empregues no Paquistão	22
Quadro 8 - Apoio militar internacional em resposta ao terremoto no Haiti	25
Quadro 9 - Síntese das valências/capacidades militares empregues no Haiti	26
Quadro 10 – Tendências de empenhamento de valências/capacidades em IH e AH	27
Quadro 11 – Capacidades militares fundamentais para as missões M4.1, M4.3, M4.4 e M4.5	34
Quadro 12 – Valências/capacidades militares mais relevantes para IH e AH.....	34
Quadro 13 – Principais lacunas em capacidades para IH e AH	35
Quadro 14 – Formas de potenciar a capacidade de empenhamento em IH e AH.....	35
Quadro 15 – Características diferenciadoras das FFAA para IH e AH.....	36
Quadro 16 – Tendências de empenhamento de valências/capacidades em IH e AH	42
Quadro 17 – Missões, Áreas de Capacidade e Capacidades	Anx A-1
Quadro 18 – Capacidades/recursos militares relevantes para emprego em catástrofes naturais.....	Apd B-1
Quadro 19 – Cronograma da intervenção humanitária em Timor-Leste (1999-2000).....	Apd D-1
Quadro 20 – Cronograma da operação da NATO no Paquistão (2005).....	Apd D-2
Quadro 21 - Áreas e sistemas mais afetados no Haiti com o terremoto.....	Apd D-3
Quadro 22 – Quadro comparativo das capacidades empenhadas nas missões estudadas	Apd E-1
Quadro 23 – Relação das entidades entrevistadas	Apd F-1
Quadro 24 - Unidades de contexto e de registo da questão 1	Apd F-1
Quadro 25 - Unidades de contexto e de registo da questão 2.....	Apd F-1
Quadro 26 - Unidades de contexto e de registo da questão 3.....	Apd F-2



Quadro 27 - Unidades de contexto e de registo da questão 4.....Apd F-4

Quadro 28 - Unidades de contexto e de registo da questão 5.....Apd F-4

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Capacidades do EMGFA 37

Tabela 2 – Capacidades da Marinha..... 38

Tabela 3 – Capacidades do Exército..... 38

Tabela 4 – Capacidades da Força Aérea..... 39



Resumo

As Forças Armadas são reconhecidas pela comunidade internacional como um instrumento crucial, para aliviar o sofrimento humano e apoiar os esforços humanitários de forma rápida e eficiente, por possuírem características identitárias e capacidades militares diferenciadoras, que as tornam especialmente competentes para empenhamento em intervenção humanitária e assistência humanitária.

O presente estudo tem por objetivo avaliar a capacidade de empenhamento das Forças Armadas portuguesas em missões de intervenção e assistência humanitária, formulando medidas de potenciar essa capacidade.

Para tal, adotou-se uma estratégia de investigação de tipo qualitativa, substanciada num desenho de pesquisa comparativo, e uma metodologia de raciocínio indutivo, tendo os dados sido recolhidos com recurso a análise documental e entrevistas semiestruturadas e correspondente análise de conteúdo.

Como principais resultados da investigação releva-se a confirmação que as Forças Armadas portuguesas têm capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e assistência humanitária e que essa capacidade pode ser potenciada, através da incorporação de um conjunto de boas práticas identificadas em missões estudadas. Outras linhas de ação para potenciar a capacidade de empenhamento assentam na formação específica, treino de táticas, técnicas e procedimentos doutrinários, exercícios e na melhoria dos meios e capacidades militares mais relevantes para intervenção e assistência humanitária.

Palavras-chave

Forças Armadas, Intervenção Humanitária, Assistência Humanitária, Capacidades militares.



Abstract

The international community recognize the Armed Forces as a crucial instrument to reduce human suffering and to support humanitarian efforts quickly and efficiently and for having distinctive identity characteristics and military capabilities that make them especially competent for the engagement in humanitarian intervention and assistance.

The present study aims to assess the capacity for engagement of the Portuguese Armed Forces in humanitarian intervention and assistance missions, formulating measures to enhance this capacity.

To this end, a qualitative research strategy was adopted, substantiated in a comparative research design and an inductive reasoning methodology, with data being collected using document analysis, semi-structured interviews and the corresponding content analysis.

The main results of the investigation are the confirmation that the Portuguese Armed Forces do have capacity for engagement in humanitarian intervention and assistance and that this capacity can be enhanced through the inclusion of a set of good practices identified in the missions analysed in this study. Other lines of action to strengthening the capacity for engagement are based on specific training, tactics training, doctrinal techniques and procedures and exercises, as well as on the improvement of the most relevant military means and capabilities for humanitarian intervention and assistance. Portugal for situations needing evocation of National Resilience.

Keywords

Armed Forces, Humanitarian Intervention, Humanitarian Assistance, Military Capabilities



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AH	Assistência Humanitária
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ApLog	Apoio Logístico
ApSan	Apoio Sanitário

B

BI	Batalhão de Infantaria
----	------------------------

C

C2	Comando e Controlo
C3	Comando, Controlo e Comunicações
CCmd	Companhia de Comando
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CEng	Companhia de Engenharia
CI	Companhia de Infantaria
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CIMIC	Cooperação Civil-Militar (<i>Civil-Military Cooperation</i>)
CM	Contingente Militar
CPOG	Curso de Promoção a Oficial-General
CRED	<i>Centre for Research on the Epidemiology of Disasters</i>
CRO	Operações de Resposta a Crises (<i>Crisis Response Operations</i>)
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CSU	<i>Casualty Staging Unit</i>



D

DG ECHO Direção-Geral da Ajuda Humanitária da Comissão Europeia (*European Community Humanitarian Office*)

E

EADRCC Centro Euro-Atlântico de Coordenação de Resposta a Desastres (*Euro-Atlantic Disaster Response Coordination Centre*)

EMGFA Estado-Maior-General das Forças Armadas

EUA Estados-Unidos da América

F

FDTL Forças de Defesa de Timor-Leste

FFAA Forças Armadas

FRI Força de Reação Imediata

G

GIS *Geospatial Information Section*

GMT Horário do Meridiano de Greenwich (*Greenwich Mean Time*)

H

HCamp Hospital de Campanha

I

IASC *Inter-Agency Standing Committee*

IC Infraestrutura crítica

IH Intervenção Humanitária

INTERFET Força Internacional para Timor-Leste (*International Force East Timor*)

ISTAR Informação, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre (*Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*)

IUM Instituto Universitário Militar

J

JALLC *Joint Analysis and Lessons Learned Centre*



JTF	<i>Joint Task Force</i>
L	
LDN	Lei de Defesa Nacional
LPM	Lei de Programação Militar
M	
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MEDEVAC	Evacuação Médica de Emergência (<i>Medical Evacuation</i>)
MIFA	Missões das Forças Armadas
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (<i>United Nations Stabilization Mission in Haiti</i>)
N	
NA	Não Aplicável
NAC	<i>North Atlantic Council</i>
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte (<i>North Atlantic Treaty Organization</i>)
NBQR	Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico
NPL	Navio Polivalente Logístico
NRF	<i>NATO Response Force</i>
NU	Nações Unidas
O	
OAP	Operações de Apoio à Paz
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OI	Organização Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
PM	Polícia Militar



PMT	<i>Preventive Medicine Team</i>
PKF	<i>Peace Keeping Force</i>
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QG	Quartel-General
R	
RAGNU	Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RCSNU	Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas
S	
SAR	Busca e Salvamento (<i>Search and Rescue</i>)
SF	Sistema de Forças
T	
TII	Trabalho de Investigação Individual
TL	Timor-Leste
TO	Teatro de Operações
TT	Todo o Terreno
TTP	Táticas, Técnicas e Procedimentos
U	
UE	União Europeia
UNAMET	Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (<i>United Nations Mission in East Timor</i>)
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UN OCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (<i>The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>)
UNTAET	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i>)



1. Introdução

Enquadramento e justificação do tema

“As situações humanitárias e de emergência têm [aumentado] em número e complexidade nos últimos anos [e os seus] efeitos [...] agravados pela pressão demográfica, pelas alterações climáticas, pela concentração urbana e, especialmente, pela situação de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram as populações” (Resolução do Conselho de Ministros [RCM] n.º 65/2015, 27 de agosto, p. 6422).

Em 2019, registaram-se 396 desastres naturais (Figura 1), com 11.755 mortes e 98 milhões de pessoas afetadas, sendo que 40% dos eventos ocorreram na Ásia (Centre for Research on the Epidemiology of Disasters [CRED], 2020). Relativamente ao número de desastres, o ano de 2019 registou mais eventos do que a média da última década, com 343 desastres registados (CRED, 2020).

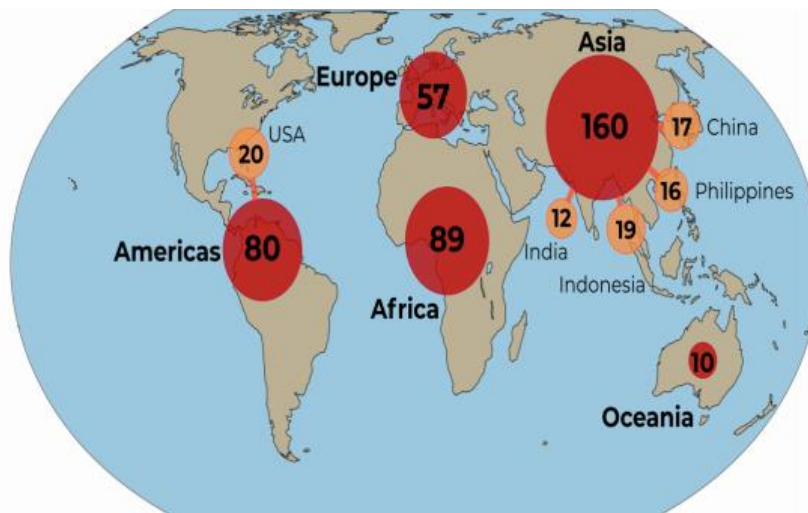


Figura 1 - Número de desastres naturais em 2019, por continente

Fonte: CRED (2020, p. 2).

Os conflitos armados constituem, igualmente, tendências preocupantes (Comissão Europeia, 2014, p. 4), que conduzem “[...] a uma intensificação das situações de emergência complexas [...], e frequentemente ao colapso das estruturas sociais, políticas e económicas (RCM n.º 65/2015, 27 de agosto, p. 6422).

Segundo o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres (ONU News, 2018), “o mundo atual está perigoso, com uma multiplicação de novos conflitos, conflitos antigos que parecem não morrer nunca e conflitos cada vez mais ligados à nova ameaça global do terrorismo”.

Em 2018, o número de conflitos armados foi ligeiramente superior a 2017, mas muito superior ao registado na última década (Figura 2), porém o número de mortes nesses



conflitos ficou abaixo da média verificada no período pós-Guerra Fria (Strand, Rustad, & Nygård, 2019, p. 1).

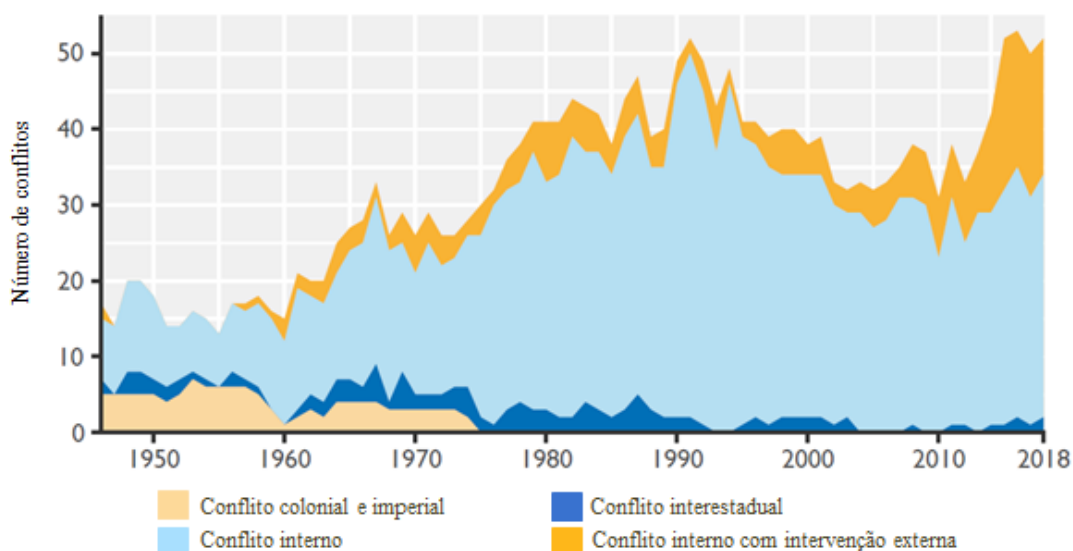


Figura 2 – Número de conflitos por tipologia, 1946–2018

Fonte: Adaptado a partir de Strand et al. (2019, p. 2).

Segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas¹ (UN OCHA) (2019, p. 29), em 2019, cerca de 167,6 milhões de pessoas necessitaram de Assistência Humanitária (AH) e proteção, em resultado de conflitos e eventos climáticos extremos, estimando-se que esse valor ascenda a 212 milhões em 2022 (Figura 3).

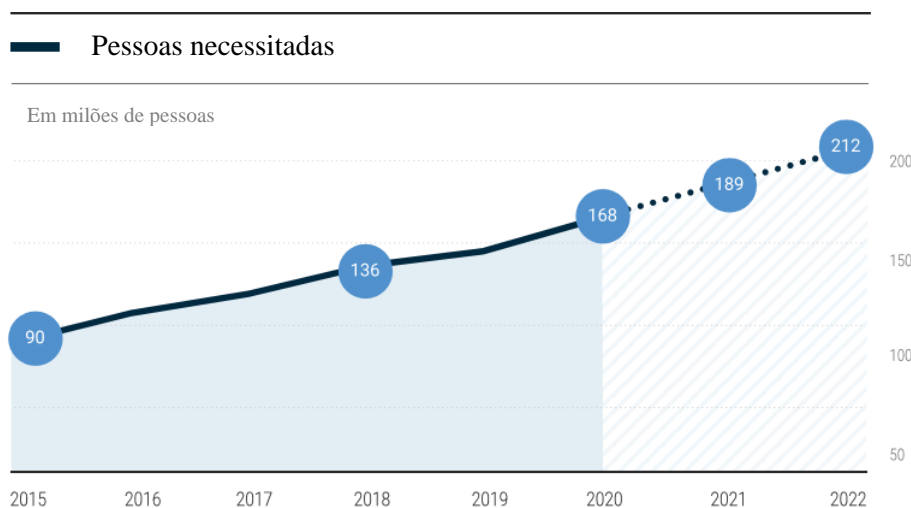


Figura 3 – Projeção de necessidades humanitárias (2015–2022)

Fonte: UN OCHA (2019, p. 29).

Neste contexto, a pertinência do tema poderá encontrar fundamentação no facto de ser consensual que as Forças Armadas (FFAA) são um ativo crucial no apoio a situações humanitárias e de emergência, porque dispõem de capacidades únicas em áreas que podem

¹ UN OCHA - *The United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*.



rapidamente mobilizar e projetar (UN OCHA, 2017, p. 53). Assim, julga-se que a tendência de crescimento das situações humanitárias e de emergência, a par do aumento de conflitos e das necessidades humanitárias, vem justificar a importância e a atualidade da reflexão sobre “A capacidade de empenhamento em Intervenção Humanitária e em AH das FFAA”.

Objeto do estudo e sua delimitação

O objeto da investigação centra-se no emprego das FFAA em Intervenção Humanitária (IH) e AH.

A investigação encontra-se delimitada em três domínios distintos, tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019, p. 42). Em termos temporais, circunscreve-se ao período entre o final do século XX, após a guerra fria, momento em que ocorreu um crescimento do número de operações de paz da ONU, e a atualidade (2019). Espacialmente, limita-se à recolha e análise de informação sobre o emprego de meios e capacidades militares mais relevantes das FFAA portuguesas e de países estrangeiros em três missões selecionadas de IH e AH. Relativamente ao conteúdo, centra-se na capacidade de empenhamento atual das FFAA portuguesas em IH e AH, em termos de meios e capacidades militares e considerando o seu desenvolvimento previsto a partir da Lei de Programação Militar (LPM), mas não abordando questões relacionadas com o desenvolvimento de novas capacidades.

Objetivos da Investigação

O objetivo geral (OG) da investigação e os objetivos específicos (OE) constam do Quadro 1:

Quadro 1 - Objetivos da investigação

OG	Avaliar a capacidade de empenhamento das FFAA portuguesas em missões de IH e AH.
OE1	Analisar as capacidades militares empregues em missões de IH e AH pelas FFAA portuguesas e de países estrangeiros.
OE2	Analisar as aprendizagens, no domínio das capacidades, das missões de IH e AH.
OE3	Analisar, de forma crítica, as capacidades militares do Sistema de Forças (SF) passíveis de serem empenhadas em missões de IH e AH.

Questões da Investigação

Para Freixo (2012, p. 187) o problema da investigação deve ser formulado em forma de questão. Assim, para orientar a investigação formulou-se uma Questão Central (QC) e três Questões Derivadas (QD), conforme Quadro 2:



Quadro 2 – Questões da investigação

QC	Como potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA portuguesas em missões de IH e AH?
QD1	Quais as capacidades militares empregues em missões de IH e AH pelas FFAA portuguesas e de países estrangeiros?
QD2	Quais as aprendizagens, no domínio das capacidades, das missões de IH e AH?
QD3	Quais as capacidades militares mais relevantes do SF para empenhamento em missões de IH e AH?

Breve síntese da metodologia da investigação

O trabalho irá assumir a forma de uma investigação aplicada, pois pretende-se gerar novos conhecimentos para aplicação prática (Carvalho, 2009, p. 42) nas FFAA portuguesas e tem como referência a metodologia representada pela “cebola” da investigação, ilustrada na Figura 4 e desenvolvida com detalhe no segundo capítulo.

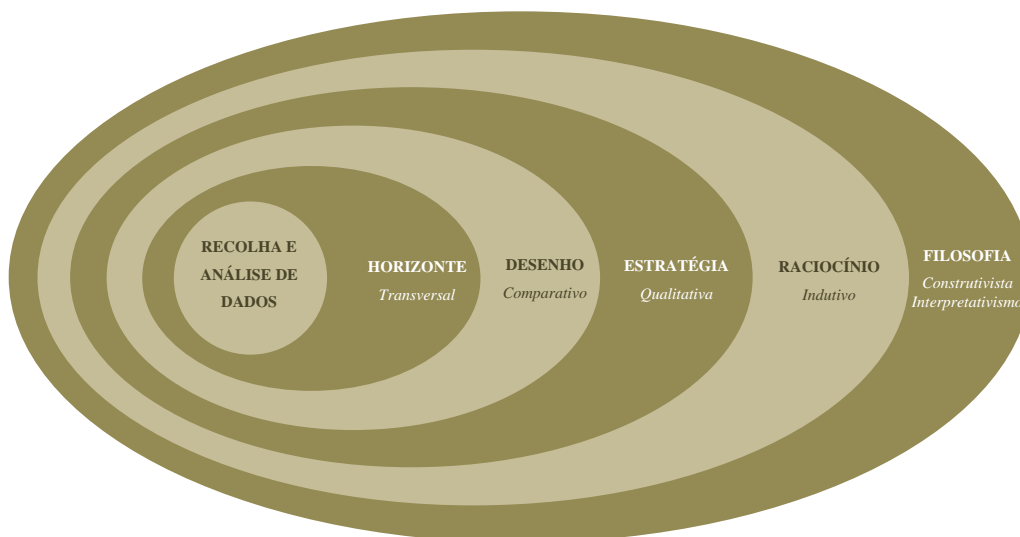


Figura 4 - “Cebola” da investigação

Fonte: Construído a partir de Saunders, Lewis, & Thornhill (2009, p. 108).

Organização do estudo

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) está estruturado em seis capítulos.

No primeiro capítulo, destinado à introdução, apresentam-se o enquadramento e justificação do tema, o objeto do estudo e sua delimitação, os objetivos e questões da investigação, uma breve síntese da metodologia e a organização do estudo.

No segundo capítulo, apresentam-se os posicionamentos teóricos mais importantes para contextualizar a temática, quer ao nível nacional, quer das principais organizações



internacionais (OI) que Portugal integra. Este capítulo aborda, ainda, em detalhe a metodologia seguida na investigação.

No terceiro capítulo, são analisadas três missões de IH e AH, através da aplicação de um modelo abstrato de análise, que identifica as valências/capacidades militares empenhadas.

No quarto capítulo, analisam-se as aprendizagens das três missões estudadas e identificam-se boas práticas passíveis de potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA em IH e AH.

No quinto capítulo, analisam-se as capacidades militares mais relevantes do SF para empenhamento em IH e AH, a par das lacunas de capacidades e características identitárias das FFAA.

No sexto e último capítulo, apresentam-se as grandes linhas do procedimento metodológico, uma súmula com as principais conclusões, incluindo a resposta ao problema de investigação. A encerrar apresentam-se os contributos para o conhecimento e as limitações ao estudo, bem como recomendações e sugestões para pesquisas futuras.



2. Revisão da literatura e metodologia

Neste capítulo apresenta-se a revisão da literatura relativa à presente temática, incluindo as bases conceptual, legislativa e doutrinária, bem como a metodologia adotada e o modelo de análise seguido.

2.1. Revisão da literatura

2.1.1. Base concetual

Apresentam-se de seguida os conceitos estruturantes, que suportam o estudo empírico, sendo os restantes apresentados no Apêndice A.

A AH assumiu maior relevância a partir do final do século XX, quando a Assembleia-Geral das Nações Unidas regulamentou o seu exercício com importantes Resoluções, onde reafirma a importância da AH para as vítimas de desastres naturais e situações de emergência e estabelece que esta deverá proporcionar-se em conformidade com os princípios da humanidade, neutralidade e imparcialidade (Resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas [RAGNU] n.º 43/131, de 8 de dezembro, 1988), assim como respeitar a soberania, integridade territorial e unidade nacional dos Estados e realizar-se a pedido do Estado afetado (RAGNU n.º 46/182, de 19 de dezembro, 1991).

O UN OCHA (2004) estende o conceito de AH à proteção de civis em conflitos armados, referindo tratar-se de ajuda à população, com a finalidade de salvar vidas e aliviar o sofrimento da população afetada pela crise.

Por outro lado, as Diretrizes de Oslo (UN OCHA, 2007) e sobre a utilização de recursos militares e da proteção civil em apoio das atividades humanitárias das Nações Unidas (NU) em situações de emergências complexas² (United Nations, 2006) estabelecem que os recursos militares devem ser empenhados como último recurso, em apoio das organizações humanitárias, para colmatar as necessidades urgentes.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte³ (NATO) acompanha a orientação da ONU quando, numa perspetiva de emprego de recursos, considera a AH parte de uma operação onde os recursos são empenhados para apoiar ou complementar os esforços dos responsáveis civis ou de organizações humanitárias especializadas, no cumprimento da sua responsabilidade primária de aliviar o sofrimento humano (AAP-06, 2018, p. 62).

Neste contexto e para efeitos do presente estudo considera-se **AH**, parte de uma operação onde os recursos militares são empenhados, a pedido do Estado afetado, para apoiar

² *Guidelines On The Use of Military and Civil Defence Assets To Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies.*

³ NATO - North Atlantic Treaty Organization.



ou complementar os esforços dos responsáveis civis ou de organizações humanitárias especializadas, com a finalidade de salvar vidas e aliviar o sofrimento da população afetada pela crise.

Por outro lado, o conceito de IH surgiu na década de 1990, quando se começou a observar uma mudança no discurso e atos dos Estados e OI, relativamente ao princípio da não intervenção, e se começaram a associar as violações dos direitos humanos à possibilidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) autorizar o uso da força militar, com base no capítulo VII da Carta das NU.

Esta tendência encontra-se retratada na “*Agenda para a Paz*”, onde Boutros Boutros-Gali (1992, p. 18), recomenda ao CSNU que considere a adoção de medidas coletivas, inclusive as previstas no capítulo VII da Carta das NU, quando surgir uma ameaça à paz e à segurança internacional.

Para os fins do presente estudo, assume-se o conceito da ONU, que considera **IH** uma ação coercitiva dos Estados, que envolve o uso da força armada em outro Estado sem o consentimento do seu governo, com ou sem autorização do CSNU e com o objetivo de impedir ou deter violações graves e maciças dos direitos humanos ou do direito internacional humanitário (UN OCHA, 2004, p. 14).

2.1.2. Base legislativa nacional

A Constituição da República Portuguesa refere no n.º 5 do art.º 275.º que “[incumbe] às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte” (Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto).

De igual modo é previsto no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) (RCM n.º 19/2013, de 5 de abril, p. 1991), na Lei de Defesa Nacional (LDN) (Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, p. 4554) e na Lei Orgânica de Bases da Organização das FFAA (Lei Orgânica n.º 6/2014, 1 de setembro, p. 4603), que estas participam nas missões militares internacionais necessárias para assegurar os compromissos internacionais do Estado no âmbito militar, incluindo missões humanitárias e de paz assumidas pelas OI que Portugal integra. O CEDN acrescenta que a participação das FFAA em missões de ajuda de emergência da ONU, deve ser entendida como última prioridade de emprego (RCM n.º 19/2013, de 5 de abril, p. 1991).



Por outro lado, o Conceito Estratégico Militar (CEM) considera “[a] participação das Forças Armadas em ações de nível multinacional tendentes [a] fazer face a desastres humanitários [e impor] o cumprimento do Direito Internacional” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2014, pp. 21-22) e detalha os vários cenários de emprego das FFAA.

As Missões das FFAA (MIFA) 2014 decorrem do CEM e consideram a participação das FFAA em operações no âmbito da segurança cooperativa e humanitária (Conselho Superior de Defesa Nacional [CSDN], 2014a).

O SF 2014 estabelece “[...] o conjunto de capacidades militares necessárias ao cumprimento das [MIFA], identificando os tipos e quantitativos de forças e meios, considerando as orientações específicas e cenários de emprego identificados no [CEM], devidamente enquadrados pelo nível de ambição estabelecido” (Anexo A) (CSDN, 2014b, p. 3).

2.1.3. Base doutrinária

A LDN prevê a participação das FFAA em missões humanitárias e de paz no quadro das missões militares internacionais assumidas pelas OI de que Portugal faça parte (Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, p. 4554).

Neste enquadramento fará sentido elaborar sobre a base doutrinária de emprego de forças militares em missões humanitárias nas principais OI que Portugal integra.

2.1.3.1. Organização das Nações Unidas

“As [NU] continuam a ser uma instituição legitimadora última do uso da força [e em conjunto com a NATO e a União Europeia (UE)] partilham um princípio fundamental de defesa da segurança humana, em que os membros se comprometem a garantir não só a segurança dos Estados, mas também a segurança das pessoas” (RCM n.º 19/2013, de 5 de abril, p. 1986).

A ONU, doutrinariamente, considera cinco atividades de paz e segurança (Figura 5), designadamente (United Nations, 2008, p. 17): *Conflict prevention*⁴, *peacemaking*⁵, *peacekeeping*⁶, *peaceenforcement*⁷ e *peacebuilding*⁸.

⁴ Prevenção de Conflitos.

⁵ Operação de Restabelecimento da Paz.

⁶ Operação de Manutenção da Paz.

⁷ Operação de Imposição da Paz.

⁸ Operação de Consolidação da Paz.

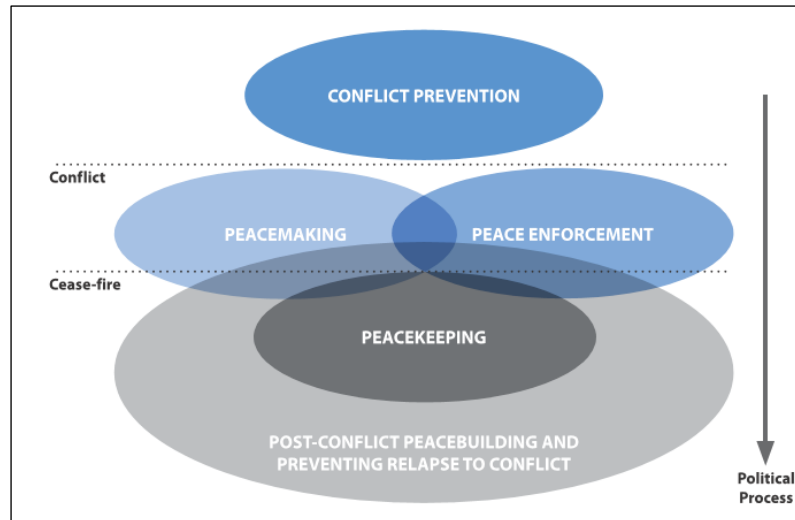


Figura 5 - Processo político e implementação das operações

Fonte: United Nations (2008, p. 19).

As operações de *peacekeeping* tradicionais alteraram o seu conceito, deixando de corresponder ao envio de forças militares pelas NU para apoiar um processo de paz, ou ajudar na implementação de um cessar-fogo ou acordos de paz, para estarem mais direcionadas para a resolução de conflitos, envolvendo uma maior componente civil e policial e privilegiando atividades de apoio à ajuda humanitária (Pinto, 2005, pp. 108-109).

Neste contexto, as operações de *peacekeeping* tradicionais, deram lugar a operações multidimensionais de *peacekeeping* (Figura 6), onde “[para] além da intervenção militar e/ou apoio humanitário típica das emergências complexas, [...] passaram a tratar de assuntos relacionados com os Direitos Humanos, administração civil, eleições, refugiados, monitorização de fronteiras, entre outras” (Branco, 2009, p. 87).

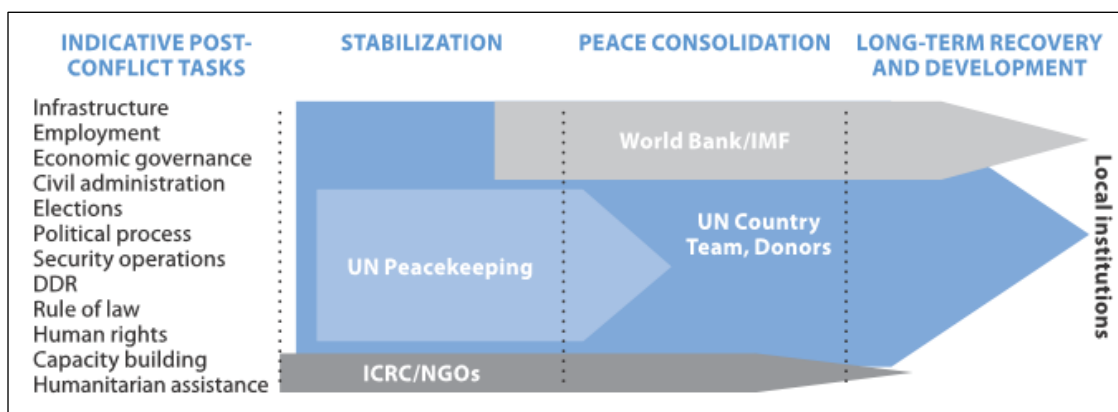


Figura 6 – Principais atividades das operações multidimensionais de *peacekeeping*

Fonte: United Nations (2008, p. 23).

As operações multidimensionais de *peacekeeping* são empregues como parte de um esforço internacional, implementado em várias fases e envolvendo uma série de atores com



mandatos e áreas de especialização separados, ainda que sobrepostos (United Nations, 2008, p. 23). Podendo afirmar-se que a AH é hoje parte integrante das atividades dependentes das operações de *peacekeeping* (Boniface, 1997, p. 180).

A AH deve ser realizada de acordo com os princípios humanitários básicos (RAGNU n.º 46/182, de 19 de dezembro, 1991) e divide-se em três categorias, com base no grau de contato com a população afetada (United Nations, 2006, p. 3): (i) Assistência direta, envolvendo contato presencial regular com a população (*e.g.* distribuição de bens e serviços); (ii) Assistência indireta, envolvendo menor contato com a população (*e.g.* transporte de material ou pessoal); (iii) Apoio à infraestrutura, fornecendo assistência que pode não ser visível ou beneficiar somente a população (*e.g.* reparação de estradas, produção de energia).

Considerando, ainda, a presença de muitos atores humanitários, civis e militares, nos cenários de crises humanitárias, importa esclarecer que a responsabilidade de coordenação das ações humanitárias compete ao UN OCHA, criado em 1991 em resultado da RAGNU n.º 46/182, de dezembro de 1991, com a missão de garantir que as pessoas afetadas pelas crises recebem AH e proteção necessária (UN OCHA, 2018, p. 7).

2.1.3.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte

A NATO, doutrinariamente, enquadra as operações militares em dois grupos (NATO, 2017, pp. 2.20-2.21): Operações de Combate e Operações de Resposta a Crises⁹ (CRO), quando contribuem para a prevenção e resolução de conflitos, propósitos humanitários ou gestão de crises. Por sua vez, as CRO subdividem-se em Operações de Apoio à Paz (OAP), Operações de Evacuação de Não-Combatentes, Contribuição militar para a estabilização e reconstrução, Contribuição militar para a AH, Atividades contra irregulares, Busca e Salvamento¹⁰ (SAR), Operações de extração, Sanções e embargos e Liberdade de navegação e sobrevoo.

Neste contexto, atendendo que a NATO considera que as crises são políticas, militares ou humanitárias e causadas por conflitos armados ou políticos, incidentes tecnológicos ou desastres naturais (NATO, 2006, p. 44), será nas CRO que se enquadram doutrinariamente as operações humanitárias e, especificamente, nas OAP e num conjunto de atividades de apoio às autoridades civis (NATO, 2010a, pp. 3.1-3.9), onde se inclui o apoio às operações de AH e à estabilização e reconstrução.

⁹ CRO – *Crisis Response Operations*.

¹⁰ SAR – *Search and Rescue*.



À semelhança da ONU, também a NATO (2015a, pp. 1.1-1.5) considera as operações humanitárias parte de outras operações e a contribuição militar para a AH subordinada aos princípios humanitários e às Diretrizes das NU, com a finalidade de apoiar os esforços das autoridades civis do Estado afetado pela crise, das OI e das organizações não governamentais.

Segundo a NATO (2015a, p. 2.1), o emprego de recursos militares em apoio da AH destina-se a apoiar atividades de curta duração, e pode assumir as seguintes tipologias: ajuda de emergência, apoio a deslocados, missões de segurança, assistência e apoio técnico e gestão de acidentes Nuclear, Biológico, Químico e Radiológico (NBQR).

Por outro lado, a NATO, acompanhando o conceito das operações multidimensionais de *peacekeeping*, considera que as atividades militares de apoio à estabilização e reconstrução de um Estado em crise podem ser componentes de outras operações e, dependendo das fontes de instabilidade, esse apoio pode incluir (NATO, 2015b, pp. 2.1-2.12): (i) Estabelecer um ambiente seguro e estável; (ii) Apoiar o restabelecimento da segurança pública; (iii) Apoiar a governação e o desenvolvimento; (iv) Restabelecer serviços essenciais; (v) Apoiar a recuperação e o desenvolvimento de infraestruturas.

Para finalizar, a Aliança Atlântica de igual modo como a ONU criou, em 1998, o Centro Euro-Atlântico de Coordenação de Resposta a Desastres¹¹ (EADRCC), que funciona em ligação com o UN OCHA, para coordenar os pedidos e ofertas de AH em caso de catástrofes naturais e causadas pelo Homem na área Euro-Atlântica (NATO, 2006).

2.1.3.3. União Europeia

Com o Tratado de Lisboa¹² a ajuda humanitária passou a ser um domínio da ação externa da UE, no quadro da ajuda a Estados terceiros, e a dispor de uma base legal específica (UE, 2007, pp. 47-48).

A ajuda humanitária está concentrada na Direção-Geral da Proteção Civil e das Operações de Ajuda Humanitária Europeias¹³ (DG ECHO), criada em 1992 e convertida em 2004 em Direção-Geral, vindo a integrar a proteção civil em 2010, para assegurar uma melhor coordenação e resposta às catástrofes dentro e fora da UE (Comissão Europeia, 2012, p. 2).

¹¹ EADRCC - *Euro-Atlantic Disaster Response Coordination Centre*.

¹² O Tratado de Lisboa, assinado em 13 de dezembro de 2007, alterou, sem os substituir, os Tratados da UE e da Comunidade Europeia, e entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009.

¹³ DG ECHO – *Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations*.



Segundo o Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária, a AH é prestada em resposta a crises provocadas pelo Homem e catástrofes naturais e pode empregar recursos militares, em circunstâncias específicas e como último recurso, desde que o seu emprego cumpra as Diretrizes das NU (UE, 2008, pp. 2-6). E reafirma que qualquer operação humanitária que utilize recursos militares deve manter um carácter civil e ficar sob a autoridade e controlo da organização humanitária responsável, nomeadamente o UN OCHA (UE, 2008, p. 7).

Entende ainda, a UE, sustentada nas aprendizagens de anteriores catástrofes naturais, que as capacidades e recursos militares relevantes para emprego em eventos similares (Apêndice B), são os seguintes (UE, 2006, pp. 8-9): transporte estratégico aéreo e marítimo, transporte tático, unidades médicas e hospitais de campanha (HCamp), apoio logístico (ApLog), engenharia, comunicações, NBQR, SAR, oficiais de ligação e apoio marítimo.

2.2. Metodologia

O presente estudo desenvolve-se no âmbito das Ciências Militares, na área nuclear de investigação das Operações Militares (Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro), respetivamente, na subárea Tática Militar e tem um carácter científico, por satisfazer determinados requisitos, tais como “[...] possuir um objeto reconhecível e definido que seja igualmente identificável pelos outros, [...] analisar o objeto segundo uma perspetiva original [e] utilidade para os outros [...]” (Santos & Lima, 2019, pp. 11-12).

A perceção ontológica¹⁴ adotada é construtivista, como refere Bryman (2012, p. 33), ao argumentar que os fenómenos sociais são produzidos com base nas interações entre atores sociais e entre estes e a envolvente, pelo que estão em constante revisão. A perceção epistemológica¹⁵ é interpretativista, alicerçada no princípio de que o mundo social, ao ser formado por indivíduos e pelas suas interações, não pode nem deve ser estudado a partir dos princípios, ferramentas e técnicas das ciências naturais, competindo ao investigador não apenas verificar os fenómenos, mas igualmente compreender os significados subjetivos desses mesmos fenómenos sociais (Bryman, 2012, p. 28).

Adotou-se um raciocínio indutivo, que se traduz numa operação lógica que vai do particular para o geral e onde as generalizações resultam de observações de casos da realidade concreta (Carvalho, 2009, p. 86), que neste estudo correspondem a três missões de

¹⁴ A ontologia é a parte da filosofia que estuda a natureza do ser, a existência e a realidade (Santos & Lima, 2019, p. 15).

¹⁵ A epistemologia é a parte da filosofia que estuda a origem, a estrutura, os métodos e a validade do conhecimento (Santos & Lima, 2019, p. 16).



IH e AH. Assume-se uma estratégia de investigação qualitativa onde “[...] a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados [...]” (Vilelas, 2009, cit. por Santos & Lima, 2019, p. 27). No que concerne ao desenho de pesquisa, recorre-se ao comparativo (Santos & Lima, 2019, p. 37) ou estudo de casos múltiplos (Yin, 2015, p. 19), comparando três missões de IH e AH.

Relativamente ao modelo de análise, definiram-se como dimensões os aspetos caracterizadores da IH e AH, designadamente: a capacidade de “aliviar o sofrimento humano” da população afetada pela crise e o facto dos recursos militares, segundo as United Nations (2007, p. 12), serem empenhados como último recurso, em “apoio dos esforços humanitários” desenvolvidos por organismos do Estado afetado ou da ONU e seus associados.

Seguidamente, fruto da revisão de literatura e considerando que o empenhamento de forças militares em operações humanitárias deve centrar-se na “[...] estabilização e na recuperação das condições do ambiente e do estado, em direção à normalização [...]” (Exército, 2012), cada uma das dimensões foram divididas em componentes correspondentes às cinco áreas da estabilização, proteção, ajuda humanitária, segurança pública, governação e infraestruturas críticas (IC), e, posteriormente, detalhadas e delimitadas em indicadores correspondentes às tarefas primárias de estabilização que melhor se enquadram na IH e AH.

O Quadro 3 apresenta a esquematização do modelo de análise com as dimensões, componentes e indicadores considerados na investigação e detalhados no Apêndice C.

Quadro 3 – Modelo de análise

CONCEITO	DIMENSÕES	COMPONENTES	INDICADORES
Emprego das FFAA em IH e AH	Aliviar o sofrimento humano	Proteção	Estabelecer um ambiente seguro e estável.
			Proteger a população e infraestruturas.
			Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens.
	Apoiar os esforços humanitários	Ajuda humanitária	Satisfazer as necessidades básicas da população.
		Segurança pública	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas.
			Governação
		Apoiar os esforços na estabilização política.	
		IC	Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos.
			Apoiar no restabelecimento das IC.

Fonte: Construído a partir de Santos & Lima (2019).



O percurso metodológico desenvolve-se nas fases exploratória, analítica e conclusiva (NEP/INV-001(O), 2018, pp. 3-4), com cada fase a integrar diferentes etapas, segundo uma sequência lógica de desenvolvimento. A Figura 7 sintetiza o percurso metodológico adotado na investigação.

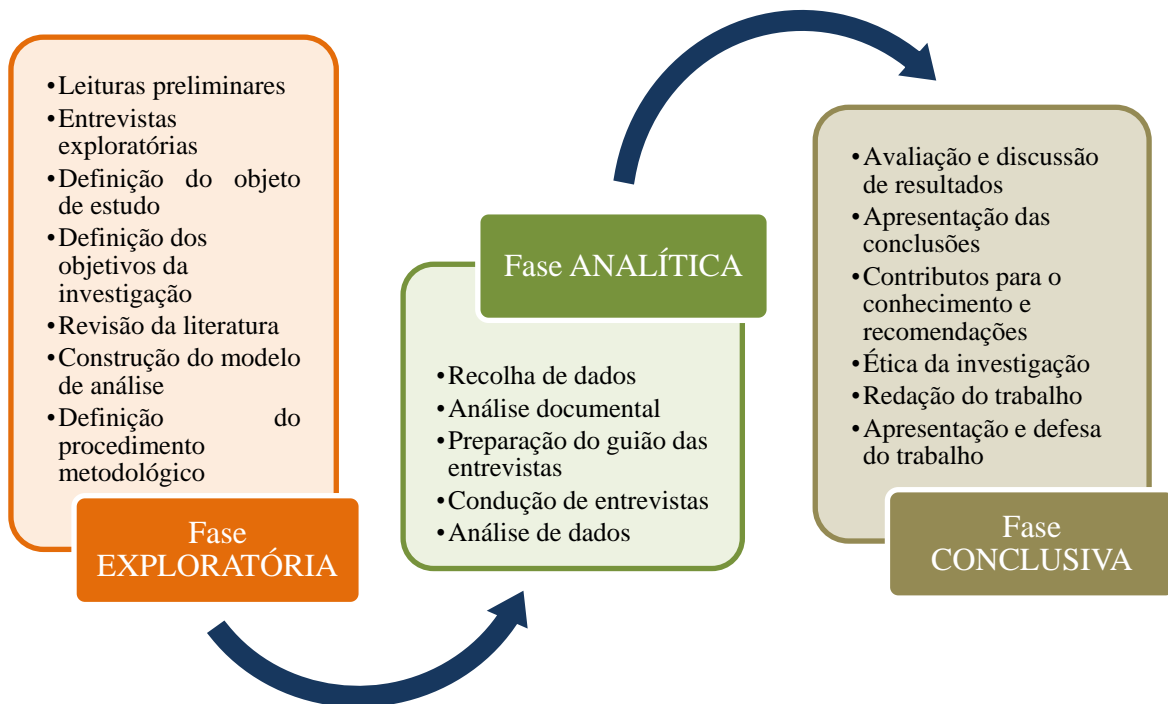


Figura 7 – Percurso metodológico

Fonte: Construído a partir de NEP/INV-001(O) (2018).

Relativamente às técnicas de recolha de dados, optou-se pela análise documental de fontes e origens diversas e pela entrevista semiestruturada. A análise documental, centrou-se em documentos de produção doutrinária nacional e das principais OI que Portugal integra, em artigos científicos, monografias e dissertações, bem como livros e relatórios de missões de IH e AH. As entrevistas semiestruturadas foram dirigidas a personalidades de reconhecido saber e experiência na área da investigação e, posteriormente, transcritas para posterior análise de conteúdo e interpretação (Sarmiento, 2013, p. 53). Para tratamento da informação recolhida nas entrevistas, recorreu-se à metodologia qualitativa da análise de conteúdo que alicerçou, conforme Fachada (2015), na identificação de categorias emergentes, enquadradas no modelo aberto¹⁶.

¹⁶ “O modelo aberto (Silva et. al., 2004) é aquele em que as categorias são definidas no decorrer da análise (categorias emergentes das narrativas, conforme Stemier, 2001)” (Fachada, 2015, p.114).



2.3. Síntese conclusiva

Neste capítulo, foram apresentados os posicionamentos teóricos mais relevantes, resultantes da revisão de literatura sobre o empenhamento das FFAA em IH e AH, incluindo as bases concetual, legislativa nacional e doutrinária ao nível da ONU, NATO e UE. No final, detalhou-se ainda a metodologia e o modelo de análise que suporta a investigação.

Neste sentido, foi possível confirmar que o envolvimento das FFAA em CRO e operações humanitárias encontra respaldo no ordenamento jurídico nacional e enquadramento no CEDN e CEM.

Relativamente ao emprego de forças militares em operações humanitárias, a ONU, em conjunto com a NATO e UE, partilham um princípio fundamental de defesa da segurança humana e dispõem de um enquadramento doutrinário subordinado aos princípios humanitários e às Diretrizes das NU.



3. Operações humanitárias – Casos de estudo

Neste capítulo pretende-se, através de análise documental e aplicação de um modelo abstrato de análise, identificar os meios e capacidades militares empenhadas em três missões, uma de IH no âmbito da ONU em Timor-Leste (TL) e duas de AH, uma no quadro da NATO no Paquistão e outra da ONU no Haiti.

3.1. Operação humanitária – Timor-Leste em 1999-2000

3.1.1. Enquadramento

A República Democrática de TL (Figura 8) localiza-se no sudoeste do Oceano Pacífico, no extremo leste do arquipélago Lesser Sunda, a aproximadamente 644 km a norte de Darwin, na Austrália (Fowler, 2016, p. 18). TL abrange um território de 19.000 km², compreendido pela metade oriental da ilha de Timor, a ilha de Pulau Atauro e o enclave de Oecussi, em Timor-Ocidental (Indonésia), com quem tem fronteira (Fowler, 2016, p. 18).



Figura 8 – República Democrática de Timor-Leste

Fonte: Geospatial Information Section (GIS) (2007).



A Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) n.º 1246 de 11 de junho (1999, p. 2) estabeleceu a *United Nations Mission in East Timor* (UNAMET) para organizar e conduzir um referendo popular, para determinar se os timorenses aceitavam a proposta da Indonésia de autonomia especial. Em 31 de agosto de 1999, os timorenses optaram pela rejeição da proposta e consequente independência de TL, conduzindo as milícias pró-integração, com o apoio das FFAA Nacionais da Indonésia, a iniciarem uma onda de terror (Fowler, 2016, pp. 3-4).

A RCSNU n.º 1264, de 15 de setembro (1999, p. 2), ao abrigo do capítulo VII da Carta das NU, autorizou a criação da *International Force in East Timor* (INTERFET) para restaurar a paz e segurança em TL, proteger e apoiar a UNAMET e facilitar a AH.

3.1.2. Apoio militar internacional

A INTERFET, liderada pela Austrália, incluiu contingentes militares (CM) de 22 países (Quadro 4), dos quais dez forneceram meios navais, entre eles Portugal com a fragata Vasco da Gama (Stevens, 2007, pp. 14-15).

Entretanto, a RCSNU n.º 1272 de 25 de outubro (1999, p. 2), ao abrigo do capítulo VII da Carta das NU, estabeleceu a *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), que incluía uma componente militar com 8.950 militares e até 200 observadores militares (Quadro 4), designada de UNTAET – *Peace Keeping Force* (PKF). A referida Resolução atribuiu à UNTAET a responsabilidade de estabelecer uma administração transitória das NU, garantir a lei e ordem, apoiar o desenvolvimento da administração pública e dos serviços sociais e assegurar a coordenação da AH.

Segundo o CSNU (2000a, p. 3), a transferência de responsabilidades da INTERFET para a UNTAET (Apêndice D), iniciou-se em 1 de fevereiro e finalizou em 23 de fevereiro de 2000, com a transferência formal para a UNTAET da responsabilidade total pela segurança militar de TL.



Quadro 4 - Apoio militar internacional em TL

Países	Forças e Meios	Tarefas
INTERFET (Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, Coreia do Sul, Egito, Estados Unidos da América (EUA), Fiji, Filipinas, França, Irlanda, Irlanda do Norte, Itália, Jordânia, Malásia, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Quênia, Reino Unido, Singapura, Tailândia)	<ul style="list-style-type: none"> - Navios; - Aviões de reconhecimento, transporte e caças; - Helicópteros; - Equipas de mergulhadores; - Batalhões de Infantaria (BI) e Paraquedistas; - Unidades de Fuzileiros e forças especiais; - Unidades de comunicações, informações e ApLog; - Esquadrões de Cavalaria, Defesa de Aeródromos, Apoio de Combate, Pesquisa Topográfica e Guerra Eletrónica; - Companhia de <i>Gurkhas</i>; - Companhias de Infantaria (CI), Apoio Sanitário (ApSan), Polícia Militar (PM) e Engenharia; - Pelotão de Operações Psicológicas; - HCamp; - Equipas médicas; - Equipas de purificação de água. 	<ul style="list-style-type: none"> - Comando e Controlo (C2); - Proteção da população, UNAMET e ONG; - Proteção de armazéns de alimentos e IC; - Segurança e ordem pública; - Segurança de linhas de comunicação marítimas e colunas de viaturas de transporte; - Segurança de centro de detenção; - Patrulhamento da fronteira; - Apoio médico-sanitário; - Evacuação Médica de Emergência (MEDEVAC); - AH; - Lançamento aéreo de cargas; - Mergulho; - Apoio de engenharia (<i>e.g.</i> remoção de escombros, recuperação de infraestruturas, reparação de estradas e do sistema de fornecimento de água, purificação de água); - Apoio de transporte; - ApLog (<i>e.g.</i> reparação de geradores e restabelecimento do sistema de fornecimento de energia).
UNTAET-PKF (Austrália, Bangladesh, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Egito, EUA, Fiji, Filipinas, França, Irlanda, Jordânia, Malásia, Moçambique, Nepal, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Peru, Portugal, Quênia, Reino Unido, Rússia, Singapura, Suécia, Tailândia e Turquia)	<ul style="list-style-type: none"> - Aviões de transporte; - Helicópteros; - BI; - CI; - Companhia de Fuzileiros e PM; - Companhias de Engenharia (CEng); - Unidades de ApSan, Comunicações, ApLog e de Cooperação Civil-Militar (CIMIC). 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção da população e ONG; - Segurança e ordem pública; - Patrulhamento da fronteira; - Apoio médico-sanitário; - MEDEVAC; - Apoio na distribuição de ajuda humanitária e <i>kits</i> com material de construção; - AH; - Apoio de engenharia (<i>e.g.</i> reparação de estradas, recuperação e remodelação de infraestruturas); - Apoio na criação e treino das Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL).

Fonte: Construído a partir de Ballard (2008), Braz (2013), CSNU (1999b), CSNU (2000b) Dennis & Grey (2010) e Fowler (2016).

Ao analisarmos o apoio militar internacional e da ONU em TL 1999-2000, à luz do modelo abstrato adotado, pode-se inferir, no Quadro 5, sobre o emprego de um conjunto de valências/capacidades militares.



Quadro 5 – Síntese das valências/capacidades militares empregues em TL

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES
Aliviar o sofrimento humano	Estabelecer um ambiente seguro e estável	C2; Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> desarmamento de milícias, patrulha da fronteira).
	Proteger a população e infraestruturas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> segurança de pontos sensíveis, centro de detenção, movimento de refugiados).
	Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens	C2; Transporte estratégico marítimo e aéreo; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> segurança de operações humanitárias); Capacidade oceânica de superfície (<i>e.g.</i> segurança de rotas, reabastecimento da frota).
	Satisfazer as necessidades básicas da população	C2; ApSan (<i>e.g.</i> emergência médica e sanitário de base); MEDEVAC; Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> distribuição de ajuda humanitária); Engenharia (<i>e.g.</i> captação e purificação de água); Transporte terrestre (<i>e.g.</i> lançamento aéreo de cargas).
Apoiar os esforços humanitários	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas	C2; Forças terrestres ligeiras, médias e PM (<i>e.g.</i> segurança e ordem pública e apoio às forças policiais).
	Apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública	Militares especialistas/formadores (<i>e.g.</i> apoio no recrutamento e treino das FDTL).
	Apoiar os esforços na estabilização política	Não aplicável (NA).
	Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos	C2; ApSan (<i>e.g.</i> campanha de vacinação); Engenharia (<i>e.g.</i> construções horizontais/verticais); CIMIC (<i>e.g.</i> apoio na organização de atividades educacionais, recreativas e desportivas); ApLog.
	Apoiar no restabelecimento das IC	C2; Engenharia (<i>e.g.</i> avaliação estrutural de infraestruturas e construções horizontais).

3.2. Operação humanitária – terramoto no Paquistão em 2005

3.2.1. Enquadramento

A República Islâmica do Paquistão (Figura 9), segundo a *Central Intelligence Agency* (CIA) (s.d.), abrange um território de 770.875 km² e tem fronteiras com quatro países: a



nordeste, com a Índia; a norte, com a China; a oeste, com o Afeganistão; e a sudoeste, com o Irão. Ao sul, é banhada pelo Mar Árábico.



Figura 9 - República Islâmica do Paquistão

Fonte: CIA (2010).

Em 8 de outubro de 2005, pelas 08h52 locais (03h52 GMT¹⁷) o Paquistão foi assolado por um terremoto de magnitude 7,6 na escala de *Richter*, afetando uma área de aproximadamente 30.000 km² (Idris, 2007, p. xi).

Segundo estatísticas oficiais, 73.338 pessoas perderam a vida em resultado do terremoto, entre elas cerca de metade crianças, 69.412 ficaram gravemente feridas e 128.319 feridas (Wiharta, Ahmad, Haine, Löfgren, & Randall, 2008, p. 107).

O Governo do Paquistão efetuou o pedido formal de assistência internacional, em 10 de outubro (Apêndice D), à UE e ao EADRCC da NATO (Wiharta et al., 2008, p. 109) e deu prioridade às seguintes áreas (Idris, 2007, p. 3):

¹⁷ GMT - *Greenwich Mean Time* (Horário do Meridiano de Greenwich).



- SAR;
- apoio médico de emergência;
- distribuição de alimentos e água;
- distribuição de abrigos e roupas;
- restabelecimento das comunicações e acesso a áreas remotas;
- manutenção da lei e ordem;
- reforço das capacidades locais.

3.2.2. Apoio militar internacional

A maioria do apoio militar internacional (Quadro 6) chegou ao Paquistão no final de outubro de 2005 e retirou no início de fevereiro de 2006, permanecendo no país poucas forças militares estrangeiras para participar da fase de reabilitação (Wiharta et al., 2008, p. 111).

Em 11 de outubro de 2005, o *North Atlantic Council* (NAC) aprovou o Plano de Operações do *Supreme Allied Commander Europe* n.º 10305, para estabelecer uma ponte aérea para o Paquistão usando o transporte aéreo da *NATO Response Force 5* (NRF-5) (NATO, s.d., p. 7). O transporte iniciou-se, em 13 de outubro, com abastecimentos doados pelos países da Aliança Atlântica e países parceiros e, em 19 de outubro, realizou-se uma segunda ponte aérea para enviar abastecimentos doados pelo Alto Comissariado das NU para os Refugiados (NATO, 2010b).

Em 21 de outubro de 2005, em resposta ao pedido adicional do Paquistão, o NAC enviou unidades de engenharia e equipas médicas da NRF-5 para reforçar os esforços de socorro (NATO, s.d., p. 7).

O NAC clarificou, que a NATO trabalharia com e para o governo do Paquistão na resposta ao terremoto e que o seu envolvimento seria exclusivamente para salvar vidas, garantir meios de subsistência e acelerar a recuperação, esclarecendo ainda, segundo Wiharta et al. (2008, p. 113), que a missão seria limitada a 90 dias, abrangendo apenas socorro e recuperação de emergência.

Para além da NRF-5, vários países empenharam CM (Quadro 6), que foram amplamente envolvidos no transporte de ajuda humanitária, prestação de cuidados médicos, desobstrução das estradas e recuperação de infraestruturas (Idris, 2007, p. 49).



Quadro 6 - Apoio militar internacional em resposta ao terramoto no Paquistão

Países	Forças e Meios	Tarefas
NATO (Alemanha, Canadá, Dinamarca, Eslovénia, Espanha, EUA, França, Grécia, Holanda, Itália, Lituânia, Luxemburgo, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Turquia, etc)	<ul style="list-style-type: none"> - Quartel-General (QG); - Aviões de transporte; - Helicópteros; - Equipa de reabastecimento de combustível para helicópteros; - Destacamento de comunicações; - Quatro CEng; - Duas HCamp; - Uma Secção de purificação de água, com quatro equipas; - Duas Equipas CIMIC; - Equipas médicas móveis. 	<ul style="list-style-type: none"> - C2; - SAR; - Apoio médico-sanitário; - MEDEVAC; - AH; - Apoio de engenharia (e.g. avaliação de danos, remoção de escombros, construção de escolas, centros médicos, abrigos de emergência e muros de contenção, construção e reparação de estradas e pontes, purificação de água, apoio na distribuição de energia, água e saneamento); - Apoio em transporte terrestre e aéreo; - Reabastecimento de helicópteros; - ApLog.
OUTROS APOIOS (Afganistão, Austrália, Canadá, Cuba, Emirados Árabes Unidos, EUA, Índia, Japão, Jordânia Reino Unido.)	<ul style="list-style-type: none"> - Aviões de transporte; - Helicópteros; - Um Batalhão Naval de Construção Móvel; - Duas CEng; - Cinco HCamp; - Equipas médicas. 	

Fonte: Construído a partir de Gómez (2006), NATO (2010b), Pires, Rodrigues e Silveira (2006) e Wiharta et al. (2008).

A análise do apoio militar internacional no Paquistão, em 2005, à luz do modelo abstrato adotado, permite inferir, no Quadro 7, sobre o emprego de um conjunto de valências/capacidades militares.

Quadro 7 – Síntese das valências/capacidades militares empregues no Paquistão

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES
Aliviar o sofrimento humano	Estabelecer um ambiente seguro e estável	NA.
	Proteger a população e infraestruturas	C2; Engenharia (e.g. construções horizontais).
	Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens	C2; Transporte aéreo estratégico e tático; Forças terrestres ligeiras e médias (e.g. viaturas de transporte); Engenharia (e.g. construções horizontais).
	Satisfazer as necessidades básicas da população	C2; ApSan (e.g. vacinação); MEDEVAC; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias (e.g. viaturas); CIMIC; Engenharia (e.g. purificação de água e construção de abrigos de emergência).
Apoiar os esforços humanitários	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas	NA.
	Apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública	NA.



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

Apoiar os esforços na estabilização política	NA.
Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos	C2; Engenharia (e.g. avaliação estrutural de infraestruturas, construções verticais e horizontais); ApLog (e.g. geradores e tendas).
Apoiar no restabelecimento das IC	C2; Engenharia (e.g. construções horizontais).

3.3. Operação humanitária – terremoto no Haiti em 2010

3.3.1. Enquadramento

A República do Haiti (Figura 10) localiza-se no hemisfério norte, na Bacia das Caraíbas, e divide com a República Dominicana a ilha de Hispaniola (United Nations Environment Programme [UNEP], 2010, p. 49). O território do Haiti abrange 28.704 km², que inclui a ilha principal e 5 ilhas satélites (UNEP, 2010, p. 50).



Figura 10 – República do Haiti

Fonte: *Geographic Guide* (s.d.).

Em 12 de janeiro de 2010, pelas 16h53 locais (21h53 GMT), um sismo de magnitude de 7,0 na escala de *Mercalli* modificada assolou o Haiti (Inter-Agency Standing Committee [IASC], 2010, p. 4).

Segundo estatísticas, 1.292.707 pessoas ficaram desalojadas e a viver em abrigos temporários na área metropolitana de Port-au-Prince (República do Haiti, 2010, p. 74) e o grau de destruição (Apêndice D) acarretou o deslocamento da população (UNEP, 2010, p. 18).



3.3.2. Apoio da MINUSTAH

A *United Nations Stabilization Mission in Haiti* (MINUSTAH), estabelecida pela RCSNU n.º 1542, de 30 de abril (2004, pp. 2-3), encontrava-se no país desde 1 de junho de 2004, com o mandato de garantir um ambiente seguro e estável, apoiar o processo político e apoiar o governo e instituições na promoção e proteção dos direitos humanos.

No final de 2009, a RCSNU n.º 1892, de 13 de outubro (2008, p. 3) autorizou a MINUSTAH a manter um contingente militar até 6.940 militares e uma componente policial até 2.211 polícias. Em 19 de janeiro de 2010, a RCSNU n.º 1908, de 19 de janeiro (2010, p. 1) autorizou o aumento do efetivo da componente militar da MINUSTAH até 8.940 militares e da componente policial até 3.711 polícias, que segundo o CSNU (2011b, p. 20) foi progressivamente reforçado até final de 2010 (Quadro 8).

3.3.3. Apoio militar internacional

Logo após o terramoto, o Presidente do Haiti, descreveu as condições no país como inimagináveis e solicitou assistência internacional (Congressional Research Service, 2010, p. 3). Um total de 26 países (Quadro 8) forneceram recursos militares significativos em resposta ao terramoto (IASC, 2010, p. 10). O Canadá desencadeou a operação *Hestia* com uma Força-Tarefa, constituída por cerca de 2.050 militares (Government of Canada, 2010, p. 12). Mas o maior efetivo foi dos EUA, com a operação *Unified Response* e a *Joint Task Force – Haiti* (JTF-Haiti) (IASC, 2010, p. 10), que no auge do apoio, em 31 de janeiro de 2010, incluía mais de 22.200 militares (Cecchine, et al., 2013). A Figura 11 apresenta o quantitativo de militares da JTF-Haiti ao longo da operação.

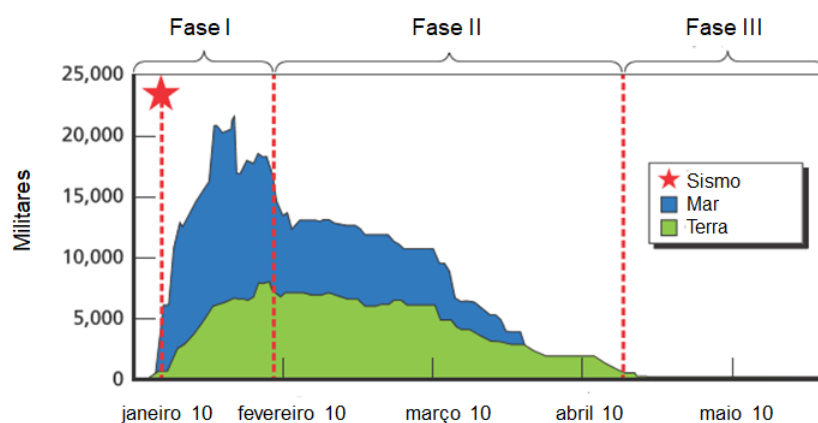


Figura 11 - Militares da JTF-Haiti na Operação *Unified Response*

Fonte: Adaptado a partir de Cecchine, et al. (2013, p. 41).

O Quadro 8 reúne os recursos militares empenhados e tarefas realizadas pela MINUSTAH e países envolvidos no socorro.



Quadro 8 - Apoio militar internacional em resposta ao terremoto no Haiti

Países	Forças e Meios	Tarefas
MINUSTAH (Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Equador, EUA, Filipinas, França, Guatemala, Índia, Indonésia, Japão, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka, Uruguai)	<ul style="list-style-type: none"> - Uma Companhia de Comando (CCmd); - 10 BI; - Duas CI; - Uma Companhia de PM; - Seis CEng; - Um HCamp; - Unidades de helicópteros. 	<ul style="list-style-type: none"> - C2 (e.g. controlo de tráfego aéreo); - SAR; - Apoio médico-sanitário; - AH; - Segurança de IC, locais de distribuição de ajuda humanitária e colunas de viaturas de transporte; - Segurança das operações humanitárias; - Proteção das pessoas; - Apoio de engenharia (e.g. avaliação de danos, remoção de escombros, abertura de valas coletivas, reabilitação de edifícios, construção e preparação de campos de deslocados; reparação de estradas; construção de edifícios, latrinas e abrigos de emergência, purificação de água); - Apoio em transporte marítimo, terrestre e aéreo; - ApLog; - Apoio às eleições; - Apoio técnico ao governo na recuperação, reconstrução e na reforma do Estado.
USA (JTF-Haiti)	<ul style="list-style-type: none"> - Dois BI; - Um Batalhão de Transportes; - Um Grupo de Artilharia (sem obuses); - Um Esquadrão de Cavalaria; - Unidades de operações especiais; - Uma Equipa de Engenharia; - Um Elemento de Abertura Rápida de Porto; - Uma Unidade de Segurança Portuária; - 33 navios, incluindo um navio hospital; - Mais de 300 aeronaves de asa fixa (e.g. aviões de transporte, P3 Orion, etc) e rotativa - <i>Unmanned Aerial Vehicles</i> (UAV). 	
Canadá	<ul style="list-style-type: none"> - Duas CI; - Uma CEng; - Uma Companhia de Apoio; - Um HCamp; - Dois navios; - UAV. 	
Outros países (Argentina, Brasil, Colômbia, Espanha, França, Itália, Jordânia, México, Nicarágua, Reino Unido, República Dominicana, Rússia, Uruguai, etc)	<p>HCamp, Unidades de infantaria, fuzileiros, engenharia e ApLog, equipas SAR, equipas médicas, aviões e helicópteros, navios hospitalares e outros navios.</p>	

Fonte: Construído a partir de CSNU (2010a), CSNU (2010b), CSNU (2011a), IASC (2010) e Vialpando (2016).



Ao analisarmos o apoio militar internacional no Haiti, em 2010, à luz do modelo abstrato adotado, pode-se inferir, no Quadro 9, sobre o emprego de um conjunto de valências/capacidades militares.

Quadro 9 - Síntese das valências/capacidades militares empregues no Haiti

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES
Aliviar o sofrimento humano	Estabelecer um ambiente seguro e estável	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.
	Proteger a população e infraestruturas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> SAR, segurança); Engenharia (<i>e.g.</i> avaliação de danos).
	Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens	C2 (<i>e.g.</i> controlo de tráfego aéreo); Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> segurança); Transporte estratégico marítimo e aéreo; Transporte aéreo tático; Capacidade oceânica de superfície (<i>e.g.</i> segurança de rotas e reabastecimento de frotas); Engenharia (<i>e.g.</i> construções horizontais).
	Satisfazer as necessidades básicas da população	C2; ApSan; MEDEVAC; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias; Informação pública (<i>e.g.</i> campanha sobre medidas de higiene nos campos de deslocados); Engenharia (<i>e.g.</i> purificação de água, construção de abrigos de emergência).
Apoiar os esforços humanitários	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas	NA.
	Apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública	NA.
	Apoiar os esforços na estabilização política	C2; Forças terrestres ligeiras e médias (<i>e.g.</i> apoio a eleições).
	Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos	C2; ApLog; Engenharia (<i>e.g.</i> abertura de valas coletivas).
	Apoiar no restabelecimento das IC	C2; Reconhecimento aéreo (<i>e.g.</i> UAV e P3 Orion); Engenharia e forças especiais (<i>e.g.</i> avaliação estrutural de edifícios).



3.4. Análise comparativa

Considerando os elementos disponibilizados no Apêndice E, pode-se deduzir no Quadro 10 as seguintes tendências de empenhamento de valências/capacidades militares das FFAA em missões de IH e AH:

Quadro 10 – Tendências de empenhamento de valências/capacidades em IH e AH

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES	
		IH	AH
Aliviar o sofrimento humano	Estabelecer um ambiente seguro e estável	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.	
	Proteger a população e infraestruturas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.	
	Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens	C2; Transporte estratégico marítimo e aéreo; Transporte aéreo tático; Capacidade oceânica de superfície; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.	
	Satisfazer as necessidades básicas da população	C2; ApSan; MEDEVAC; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias; Transporte terrestre; CIMIC; Informação Pública; Engenharia.	
Apoiar os esforços humanitários	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias; PM.	NA.
	Apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública	Especialistas/formadores militares.	NA.
	Apoiar os esforços na estabilização política	C2; Forças terrestres ligeiras e médias (e.g. apoio a eleições).	
	Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos	C2; ApSan; Engenharia; CIMIC; ApLog.	
	Apoiar no restabelecimento das IC	C2; Engenharia; Reconhecimento aéreo; Forças especiais.	



3.5. Síntese conclusiva e resposta

Neste capítulo foram analisadas, através de análise documental, três operações humanitárias, uma de IH em TL 1999-2000 e duas de AH, no Paquistão em 2005 e no Haiti em 2010, onde as FFAA portuguesas e de países estrangeiros empenharam um conjunto alargado de recursos militares permitindo, através de uma análise comparativa, identificar algumas tendências de emprego de valências/capacidades militares.

A análise comparativa das três missões, permitiu confirmar a validade dos conteúdos estudados no capítulo anterior, em especial sobre as tarefas primárias a desenvolver em operações multidimensionais de *peacekeeping* e as valências/capacidades militares mais relevantes a empregar nesta tipologia de missões.

Considera-se assim respondida à QD1, concluindo-se que existe uma tendência de emprego nas missões de IH e AH analisadas pelas seguintes capacidades militares: C2, forças terrestres ligeiras e médias, PM, engenharia, transporte estratégico marítimo e aéreo, transporte aéreo tático, ApSan, MEDEVAC, ApLog, capacidade oceânica de superfície, CIMIC, forças especiais, transporte terrestre, informação pública e especialistas.



4. Aprendizagens das operações humanitárias

Neste capítulo pretende-se analisar as aprendizagens, no âmbito das capacidades, das três operações humanitárias estudadas (TL, Paquistão e Haiti) e, assim, identificar boas práticas passíveis de potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA.

4.1. Operação humanitária – Timor-Leste em 1999-2000

No contexto das capacidades militares empenhadas, a IH em TL gerou as seguintes aprendizagens:

- Incorporar a capacidade de operações de informação nas intervenções humanitárias, para informar e obter o consentimento da população local e da comunidade internacional (Fowler, 2016, p. 80).
- A operação não seria possível sem o contributo dos navios de reabastecimento, que desempenharam um papel imprescindível no reabastecimento de combustível à força, e do navio de desembarque pesado *Tobruk* da Marinha australiana (Goldrick, 2000, p. 24);
- O papel vital desempenhado pelas forças navais na proteção, apoio e manutenção de uma operação expedicionária numa região marítima (Goldrick, 2000, p. 26);
- Os helicópteros orgânicos das fragatas foram um ativo valioso para as forças terrestres (Goldrick, 2000, p. 25);
- As equipas de mergulho foram fundamentais no apoio às investigações de crimes de guerra, para além de detonarem grandes quantidades de material bélico e prestarem apoio de mergulho de emergência (Goldrick, 2000, p. 25).
- Falta de viaturas pesadas para transporte de militares, equipamentos e ajuda humanitária (Fowler, 2016).
- Limitada capacidade de transporte aéreo estratégico de alguns contingentes, nomeadamente da Tailândia (Fowler, 2016, p. 26);
- Os helicópteros pesados desempenharam um papel fundamental na transferência de carga dos navios para terra (Fowler, 2016, p. 29);
- Os helicópteros transportaram rapidamente pessoal, equipamento e abastecimentos, contornando eventuais ameaças no solo (Fowler, 2016, p. 49);
- A aeronave de vigilância e reconhecimento EP-3 deu um contributo importante para o sucesso da operação (Fowler, 2016, p. 74).



4.2. Operação humanitária – Paquistão em 2005

A operação de AH no Paquistão, que envolveu pela primeira vez a NATO numa operação humanitária, permitiu recolher as seguintes aprendizagens:

- Algumas das vantagens do emprego de capacidades militares em operações humanitárias são a rapidez na projeção de forças e meios, a flexibilidade de emprego, a organização e a liderança forte (Wiharta, et al., 2008, p. 113);
- Foram necessários médicos especialistas em saúde pública para controlar doenças contagiosas e apoiar o programa de vacinação (Wiharta, et al., 2008, p. 114);
- O transporte aéreo estratégico foi crucial na projeção inicial das forças e equipamentos da NATO, bem como de abastecimentos de emergência, face à distância e urgência de chegada ao Teatro de Operações (TO) para apoiar no socorro (Dorado, 2006, p. 78);
- Os helicópteros foram essenciais na fase de socorro, quando as estradas estavam danificadas e obstruídas, para fornecer ajuda humanitária e assistência médica, e evacuar feridos para tratamento (Wiharta, et al., 2008, p. 114);
- As unidades de engenharia necessitam de ser cuidadosamente adaptadas para as operações humanitárias (Popa, 2019, p. 127);
- As CEng ligeiras da NATO, equipadas com minimáquinas, revelaram-se fundamentais na fase inicial do socorro pela rapidez com que foram projetadas por via aérea e capacidade de helitransporte (Dorado, 2006, p. 79);
- Com a maioria das instalações médicas destruídas ou danificadas, o HCamp da NATO desempenhou um serviço crítico disponibilizando cuidados médicos à população e às vítimas (Gómez, 2006, p. 85).
- As equipas médicas móveis do HCamp da NATO, desenvolveram um trabalho valioso na prestação de cuidados médicos aos habitantes das regiões montanhosas e na evacuação de feridos para os hospitais (Gómez, 2006, p. 86);
- A Equipa de reabastecimento de combustível para helicópteros permitiu realizar missões mais longas e mais frequentes para as regiões mais remotas (Wiharta, et al., 2008, pp. 114-115);
- O recurso a oficiais de ligação o mais cedo possível é essencial para um apoio CIMIC eficaz (Popa, 2019, p. 127).



4.3. Operação humanitária – Haiti em 2010

A experiência da operação de AH, na sequência do terramoto que assolou o Haiti, permitiu identificar as seguintes aprendizagens:

- Os meios de transporte estratégico foram fundamentais para projetar a longas distâncias e rapidamente forças militares, equipamentos e ajuda humanitária (Grünewald & Renaudin, 2010, p. 55).
- Com o porto de Port-au-Prince inoperacional, o emprego de navios ligeiros de desembarque possibilitou descarregar viaturas, equipamentos e ajuda humanitária diretamente na praia (Grünewald & Renaudin, 2010, p. 18).
- Nos primeiros dias após o terramoto, a ausência de forças policiais foi colmatada pela presença de forças militares que garantiram a segurança das infraestruturas de apoio médico (Joint Analysis and Lessons Learned Centre [JALLC], 2012, p. B6);
- Os HCamp contribuíram para fortalecer o sistema de saúde haitiano, fruto da sua flexibilidade e prontidão, mas seria importante possuírem capacidade de atendimento ambulatorio (JALLC, 2012, p. B8);
- As forças militares devem possuir qualificações no emprego de armas não letais (Mayfield, 2011, p. 13);
- O resgate de pessoas presas nos destroços foi, inicialmente, dificultado pela ausência de equipamentos pesados de engenharia (Grünewald & Renaudin, 2010, p. 20).
- Os helicópteros militares foram essenciais para evacuar pacientes das regiões rurais (JALLC, 2012, p. B7), mas foram insuficientes para MEDEVAC de feridos resgatados dos destroços (Grünewald & Renaudin, 2010, p. 21);
- Com a torre de controlo do aeroporto danificada, uma Equipa tática de controlo de tráfego aéreo foi extremamente valiosa porque permitiu a abertura do aeroporto e aumentou a sua capacidade máxima de operação (JALLC, 2012, pp. A1-A2);
- Os cães militares foram um multiplicador de força e tiveram um grande impacto no controlo de multidões e na segurança do aeroporto (Mayfield, 2011, p. 13);
- Os recursos de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance*¹⁸ (ISTAR) da JTF-Haiti, incluindo satélites, UAV e aeronaves de reconhecimento e vigilância, foram importantes na fase inicial para recolha de imagens sobre a dimensão do desastre (JALLC, 2012, p. A4);

¹⁸ Informação, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre.



– O terremoto do Haiti foi um dos desastres naturais com maior cobertura de imagens aéreas, mas foi difícil converter essas imagens em mapas onde se pudesse identificar o estado das infraestruturas rodoviárias e a localização das IC (Mayfield, 2011, p. A4).

4.4. Síntese conclusiva

As três operações humanitárias analisadas, uma de IH e duas de AH, promoveram um conjunto alargado de aprendizagens, no contexto das capacidades militares empenhadas, fruto do contributo e dos resultados obtidos para aliviar o sofrimento humano, apoiar os esforços humanitários e os governos dos países apoiados.

Assim, em resposta à QD2, conclui-se que as FFAA dispõem de capacidades militares muito valorizadas para emprego em IH e AH, com relevo para o transporte aéreo estratégico e tático, apoio médico de emergência e apoio de engenharia.

A particularidade de cada uma das operações analisadas, também, permitiu retirar boas-práticas sobre o emprego de capacidades e meios militares, destacando-se: (i) A importância dos helicópteros na fase inicial de socorro, nomeadamente para MEDEVAC, transferência de carga dos navios para terra e distribuição de ajuda humanitária; (ii) O contributo dos navios de desembarque quando os portos estão inoperacionais; (iii) A importância dos navios de reabastecimento, face à necessidade de grandes quantidades de combustível das frotas e unidades terrestres; (iv) O emprego de CEng ligeiras pela rapidez de projeção via aérea e possibilidade de helitransporte dos equipamentos; (v) A constituição de equipas médicas móveis nos HCamp; (vi) A utilização de cães militares no controlo de multidões e segurança; (vii) A utilização de recursos ISTAR para avaliar o grau de destruição provocado pela catástrofe; (viii) O recurso a oficiais de ligação para organizar o apoio CIMIC.



5. O emprego das Forças Armadas em intervenção e assistência humanitária

Neste capítulo pretende-se, através de análise documental e entrevistas semiestruturadas nos Comandos Operacionais das FFAA e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), confirmar que as FFAA fruto das suas características identitárias são especialmente vocacionadas para empenhamento em IH e AH. Pretende-se igualmente identificar as capacidades militares e respetivas lacunas mais relevantes do SF para empenhamento em IH e AH, considerando o desenvolvimento previsto a partir da LPM.

5.1. Capacidades militares do Sistema de Forças para intervenção e assistência humanitária

Ao analisar as MIFA 2014, podem-se inferir as missões de nível estratégico-militar que poderão envolver um empenhamento das FFAA em missões de IH e AH, nomeadamente (CSDN, 2014a, pp. 5-6):

- M4.1: CRO no âmbito da NATO (não artigo 5.º);
- M4.3: Operações e missões no âmbito da UE;
- M4.4: Operações de Paz no âmbito da ONU e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- M4.5: Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais.

Por outro lado, o SF 2014 estabelece a relação entre as MIFA com três conjuntos de forças e meios dos três ramos das FFAA, assumindo relevância para o estudo o Conjunto Modular de Forças, “[...] orientado para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa [...]” (CSDN, 2014b, p. 7). Neste âmbito, considerou-se ainda a Força de Reação Rápida (FRI) por estar “[...] orientada para missões [...] de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas” (CSDN, 2014b, p. 6), e porque no quadro das suas missões esta força “[atua] no sentido de assegurar uma resposta inicial a situações de crise ou catástrofe, no [Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural], numa lógica de Ajuda Humanitária” (Diretiva Operacional n.º 004/CEMGFA/2018 - ALT 1, de 17 de julho, p. 9).

O SF 2014 (CSDN, 2014b) também identifica as áreas de capacidade e as capacidades militares que concorrem para as MIFA, assumindo relevância para as consideradas no estudo (M4.1, M4.3, M4.4 e M4.5) as capacidades militares disponibilizadas pelos ramos e Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) no Quadro 11.



Quadro 11 – Capacidades militares fundamentais para as missões M4.1, M4.3, M4.4 e M4.5

CAPACIDADES			
EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea
C2 Informações Militares Segurança Militar e Contra-informação Certificação e Análise Operacional ApSan	C2 Naval Oceânica de superfície Submarina Projeção de Força Guerra de Minas Patrulha e Fiscalização Oceanográfica e Hidrográfica Reservas de Guerra	C2 Terrestre Forças Ligeiras Forças Médias Forças Pesadas Operações Especiais ISTAR Transporte Terrestre Proteção e Sobrevivência Sustentação Logística Reservas de Guerra	C2 Aéreo Luta Aérea Ofensiva e Defensiva Luta Ar-Solo/Superfície Operações Aéreas Transporte Aéreo Estratégico, Tático e Especial Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea Reservas de Guerra

Fonte: Adaptado a partir de CSDN (2014b).

5.2. Capacidade de empenhamento das Forças Armadas portuguesas em intervenção e assistência humanitária

Para acrescentar mais robustez ao estudo, foram realizadas cinco entrevistas, cuja análise de conteúdo (Apêndice F) envolveu a identificação de categorias emergentes. Neste âmbito, definiu-se que uma categoria emergente, para ser considerada temática principal, deveria aparecer de forma recorrente, numa frequência mínima superior ou igual a duas referências no universo dos entrevistados (Fachada, 2015).

A análise de conteúdo das entrevistas permitiu concluir que todos os entrevistados concordam que as FFAA portuguesas dispõem de capacidade de empenhamento em IH e AH, “[...] embora as FFAA não tenham muitas ações nesta área [...]” (M. P. Serronha, entrevista por *MSTeams*, 21 de maio de 2020).

Relativamente às valências/capacidades militares do SF 2014 mais relevantes para IH e AH, identificaram-se nos relatos dos entrevistados, a presença das categorias emergentes sumarizadas no Quadro 12.

Quadro 12 – Valências/capacidades militares mais relevantes para IH e AH

Categorias emergentes	Entrevistados				
	E1	E2	E3	E4	E5
C2					
Sustentação logística					
Combate (Forças terrestres, ligeiras e médias)					
ApSan					
SAR urbano					
Engenharia					
Transporte estratégico marítimo e aéreo					



Os resultados apresentam convergência com a maioria das valências/capacidades identificadas pela UE no Apêndice B e as tendências de emprego identificadas nas missões estudadas.

Neste âmbito, M. P. Serronha (*op. cit.*) refere ser importante realizar-se um estudo que meça a capacidade de duplo uso das capacidades do SF 2014, para que as FFAA percebam qual o seu nível de capacidade de empenhamento nas operações humanitárias.

A par das capacidades, também se considera importante identificar as lacunas relevantes, pelo que na análise de conteúdo (categorias emergentes) das entrevistas foram elencadas lacunas ao nível das capacidades para IH e AH, conforme Quadro 13.

Quadro 13 – Principais lacunas em capacidades para IH e AH

Categorias emergentes	Entrevistados				
	E1	E2	E3	E4	E5
Transporte estratégico marítimo e aéreo					
Comunicações					
Falta de redundância de meios					

Neste âmbito, para E. J. Craveiro (entrevista por *Skype*, 18 de maio de 2020), “[...] as lacunas [em capacidades] no caso das Forças Armadas advêm muito da sua redundância [...]”, originando, segundo M. P. Serronha (*op. cit.*), que a participação numa operação humanitária com uma unidade com 300 militares esgota muitas das capacidades das FFAA.

As entrevistas também permitiram identificar no Quadro 14, através da análise de conteúdo (categorias emergentes), como as FFAA podem potenciar a sua capacidade de empenhamento em IH e AH.

Quadro 14 – Formas de potenciar a capacidade de empenhamento em IH e AH

Categorias emergentes	Entrevistados				
	E1	E2	E3	E4	E5
Formação específica					
Treino					
Exercícios					
Doutrina					
Melhoria dos meios/capacidades militares					

Assim, importa “incrementar a formação nesta área de atuação das FFAA” (V. A. Rodrigues, entrevista por *WhatsApp*, 26 de maio de 2020) e realizar periodicamente com outros organismos civis treino e exercícios (J. D. Costa, entrevista presencial, 27 de maio de 2020), com “[...] alguma substância doutrinária” (M. P. Serronha, *op. cit.*). Importa igualmente investir na melhoria dos sistemas de comunicações, C2, transporte estratégico marítimo e aéreo, viaturas pesadas e equipamentos de engenharia (V. A. Rodrigues, *op. cit.*).

Segundo M. P. Serronha (*op. cit.*), para potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA em missões humanitárias é necessário avaliar as necessidades de apoio em cada



tipologia de catástrofes, através da análise das experiências de missões onde as FFAA participaram e das lições aprendidas das missões onde não participaram.

Por último, as entrevistas revelaram-se importantes para determinar as características identitárias das FFAA para empenhamento em IH e AH, tendo a análise de conteúdo identificado as categorias emergentes elencadas no Quadro 15.

Quadro 15 – Características diferenciadoras das FFAA para IH e AH

Categorias emergentes	Entrevistados				
	E1	E2	E3	E4	E5
Prontidão					
Preparação técnica					
Adaptabilidade					
Flexibilidade					
Disponibilidade					
Organização					
Disciplina					

5.3. Ponto de situação da Lei de Programação Militar

Tendo por referência as capacidades militares e respetivas lacunas relevantes para IH e AH, de seguida foi analisada a LPM, aprovada pela Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho (p. 2982), enquanto instrumento legislativo que “[...] tem por objeto a programação do investimento público das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento [...]”, para identificar o desenvolvimento de capacidades com relevância para o estudo.

A presente Lei prevê uma dotação orçamental global de 4.740 milhões de euros para investimentos no reequipamento das FFAA até 2030 e inclui sete projetos estruturantes (MDN, 2019):

- Cinco aeronaves de transporte aéreo estratégico e tático KC-390;
- Seis navios patrulha oceânicos;
- Ciberdefesa;
- Sistemas de Combate do Soldado;
- Cinco helicópteros de apoio, proteção e evacuação;
- Um navio polivalente logístico (NPL);
- Um navio reabastecedor de esquadra.

Segundo o Diretor de Serviços de Armamento e Equipamento da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, Carlos Mendes (entrevista por *email*, 7 de maio de 2020), dos projetos estruturantes, acima referidos, apenas os respeitantes ao KC-390 e ao NPL ficaram programados nos Serviços Centrais, prevendo-se a entrega anual de uma aeronave entre 2023



e 2027 e do NPL em 2026. Assim, as FFAA somente a partir de 2023-2026 irão possuir capacidade de transporte estratégico.

Importa agora analisar o desenvolvimento das restantes capacidades militares fundamentais para as missões M4.1, M4.3, M4.4 e M4.5.

Relativamente ao EMGFA (Tabela 1), o investimento na capacidade de C2 irá decorrer uniformemente ao longo dos três quadriénios, mitigando as lacunas nesta área, nomeadamente em comunicações e sistemas de informação (Ferreira, 2020). Nesta capacidade, releva-se a edificação do QG projetável e do Centro de Logística Conjunto projetável, que segundo o Chefe da Divisão de Planeamento Estratégico Militar, Brigadeiro-General Rui Ferreira (entrevista por *email*, 19 de maio de 2020), tratam-se de estruturas projetáveis adequadas ao C2 de forças conjuntas, incluindo forças atribuídas à FRI, mas as verbas disponíveis no 3.º quadriénio apenas garantem a edificação de cerca de 20% das estruturas.

A capacidade de ApSan será reforçada, em sede da atual LPM, sobretudo a partir de 2023, para dotar o Hospital das Forças Armadas com uma *Casualty Staging Unit* (CSU), uma *Preventive Medicine Team* (PMT), ambos *Targets* NATO atribuídos a Portugal, e com a valência de Telemedicina/Telesaúde, para prestação de cuidados de saúde aos militares projetados nos TO e embarcados (C. Mendes, *op. cit.*). A CSU é um mini-hospital de campanha para estabilização e triagem de indisponíveis e a PMT uma equipa de prevenção e apoio à pesquisa e desenvolvimento de medidas de proteção sanitária da força, projetos que iniciaram a edificação em 2019 com formação de pessoal e que terão um desenvolvimento prolongado no tempo (R. Ferreira, *op. cit.*)

Tabela 1 – Capacidades do EMGFA

Capacidades	Quadriénios (Q)			Total (milhares euros)
	1.º Q	2.º Q	3.º Q	
C2	27,96%	31,59%	40,45	76.212
ApSan	2,25%	55,05%	42,70%	4.450

Fonte: Construído a partir da Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho.

Na Marinha (Tabela 2), releva-se a capacidade oceânica de superfície, com o investimento distribuído pelos três quadriénios para remotorização dos helicópteros, até 2021, e aquisição de um navio reabastecedor de esquadra em 2028, para colmatar o abate do navio reabastecedor *Bérrio* (Sarmiento, 2020).



Tabela 2 – Capacidades da Marinha

Capacidades	Quadriénios (Q)			Total (milhares euros)
	1.º Q	2.º Q	3.º Q	
C2 Naval	9,84%	55,88%	34,28%	9.744
Oceânica de superfície	24,26%	31,23%	44,51%	594.063
Submarina	16,49%	39,02%	44,49%	279.311
Projeção de Força	22,63%	23,84%	53,53%	10.443
Guerra de Minas	33,33%	33,33%	33,33%	1.200
Patrulha e Fiscalização	16,06%	32,15%	51,79%	363.972
Oceanográfica e Hidrográfica	33,33%	33,33%	33,33%	1.200
Reservas de Guerra	5,01%	19,95%	75,04%	4.500

Fonte: Construído a partir da Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho.

No Exército (Tabela 3), a maioria do investimento irá colmatar algumas lacunas relevantes para IH e AH (*e.g.* comunicações) e reforçar capacidades relevantes nesta área e outras de duplo uso humanitário, nomeadamente (R. Camilo, entrevista por *email*, 06 de maio de 2020):

- C2, para aquisição de módulos de sistemas de informação e comunicações táticas e rádios multifuncionais, centrada nos 2.º e 3.º quadriénios, colmatando lacunas importantes;
- Forças Médias, para aquisição de viaturas táticas médias e pesadas, com entregas previstas nos 2.º e 3.º quadriénios;
- Proteção e Sobrevivência, para aquisição de equipamentos de engenharia de apoio geral e equipamentos específicos de inativação de explosivos e defesa NBQR;
- Sustentação logística, para aquisição de viaturas táticas no 1.º quadriénio, módulos de reabastecimento e serviços no 2.º quadriénio e de evacuação sanitária no 3.º quadriénio.

Tabela 3 – Capacidades do Exército

Capacidades	Quadriénios (Q)			Total (milhares euros)
	1.º Q	2.º Q	3.º Q	
C2 Terrestre	49,41%	38,03%	12,56%	95.561
Forças Ligeiras	62,92%	0,46%	32,50%	43.689
Forças Médias	1,86%	26,43%	71,71%	169.713
Forças Pesadas	18,41%	0,00%	81,59%	21.756
Operações Especiais	9,63%	17,38%	72,99%	5.179
ISTAR	19,00%	34,37%	46,63%	41.001
Transporte Terrestre	8,94%	18,84%	72,22%	4.140
Projeção e Sobrevivência	43,81%	36,94%	19,25%	170.811
Sustentação Logística	20,15%	21,37%	58,48%	121.431
Reservas de Guerra	15,97	36,35	47,68	47.586

Fonte: Construído a partir da Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho.

Na Força Aérea (Tabela 4), o investimento apresenta uma distribuição diferenciada pelos quadriénios. Segundo Horácio Santos (2020) a LPM prevê o investimento em



programas de modernização de aeronaves, com destaque para as C-130, e aquisição dos helicópteros de apoio, proteção e evacuação, na capacidade de Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força, com entregas entre 2021 e 2024. Relativamente aos helicópteros mencionados, E. J. Craveiro (op. cit.) refere que estes “[...] não se destinam a missões humanitárias, mas ao apoio às forças em combate [...]”, mas que está prevista a aquisição de meios próprios para a Força Aérea, destinados ao combate aos fogos florestais, que poderão ser empenhados em IH e AH.

Tabela 4 – Capacidades da Força Aérea

Capacidades	Quadriénios (Q)			Total (milhares euros)
	1.º Q	2.º Q	3.º Q	
C2 Aéreo	10,12%	23,74%	66,14%	65.839
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	19,08%	31,87%	49,05%	202.516
Operações Aéreas	16,54%	18,42%	65,04%	66.500
Transporte Aéreo	38,05%	30,84%	31,11%	187.082
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação da Força	37,64%	47,70%	14,66%	70.059
Reservas de Guerra	20,64%	35,57%	43,79%	34.059

Fonte: Construído a partir da Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho.

5.4. Síntese conclusiva

No quinto capítulo respondeu-se à QD3, concluindo-se que as capacidades militares mais relevantes para IH e AH são C2, sustentação logística, forças terrestres ligeiras e médias, ApSan, SAR urbano, engenharia e transporte estratégico marítimo e aéreo. Ainda sobre as capacidades, concluiu-se que existem lacunas ao nível das comunicações e transporte estratégico marítimo e aéreo, que serão colmatadas em sede da atual LPM e que a falta de redundância de meios contribui para a existência de outras lacunas de capacidades.

De igual modo, questionadas várias entidades, concluiu-se que as FFAA portuguesas, fruto das suas características identitárias (*i.e.* prontidão, preparação técnica, adaptabilidade, flexibilidade, disponibilidade, organização e disciplina), evidenciam capacidade de empenhamento em IH e AH e que esta pode ser potenciada, em complemento às boas-práticas identificadas no capítulo anterior, através de: formação específica; treino de táticas, técnicas e procedimentos (TTP) doutrinários; exercícios; e melhoria das valências/capacidades militares mais relevantes para IH e AH, que se materializará com o investimento em sede da LPM para aquisição de meios de duplo uso humanitário.



6. Conclusões

O aumento dos desastres climáticos e geofísicos, como cheias e sismos, bem como dos conflitos armados, têm conduzido ao crescimento do número e gravidade das crises humanitárias e são o principal motor das necessidades humanitárias e de proteção das populações.

Em situações de crises humanitárias de grandes proporções, a comunidade internacional reconhece que as FFAA são um ativo crucial para aliviar o sofrimento humano e apoiar os esforços humanitários de forma rápida e eficiente, por possuírem características identitárias e capacidades militares diferenciadoras, que as tornam especialmente competentes para empenhamento em operações humanitárias.

Neste enquadramento, o estudo desenvolvido sobre a capacidade de empenhamento das FFAA portuguesas em IH e AH assume particular pertinência e atualidade, envolvendo a necessidade de conhecer as tendências de emprego de valências/capacidades militares em missões desta natureza e identificar as capacidades militares mais relevantes do SF 2014, bem como as suas lacunas, para emprego em operações humanitárias.

Assim, e para encerrar a presente investigação, apresenta-se uma síntese do procedimento metodológico seguido, uma avaliação dos resultados obtidos, os contributos para o conhecimento, as recomendações e outras considerações de ordem prática, as limitações da investigação e sugestões para pesquisas futuras.

Sumário com as grandes linhas do procedimento metodológico seguido

O presente estudo, teve como objeto o emprego das FFAA em IH e AH e foi delimitado nos domínios: temporal, ao período compreendido entre o final do século XX e a atualidade (2019); espacial, a três missões humanitárias, uma de IH em TL 1999-2000 e duas de AH, no Paquistão em 2005 e Haiti em 2010; e de conteúdo, na capacidade de empenhamento atual das FFAA portuguesas em IH e AH.

Deste modo, o processo de investigação foi orientado por uma QC: *Como potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA portuguesas em missões de IH e AH?* e três QD correspondentes.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se pela adoção de uma estratégia de investigação de tipo qualitativa, substanciada num desenho de pesquisa comparativo, e uma metodologia de raciocínio indutivo. Concretiza-se, ao nível da recolha de dados, na análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas com análise de conteúdo.



Avaliação dos resultados obtidos

Relativamente à estrutura, após o primeiro capítulo destinado à introdução, no segundo capítulo desenvolveu-se a base concetual, de modo a normalizar os conceitos estruturantes utilizados ao longo da investigação, e verificou-se o estado da arte referente às bases legislativa nacional e doutrinária de emprego de forças militares em missões humanitárias nas principais OI que Portugal integra. Para tal, foi efetuada análise documental, de onde sobressaíram as seguintes ideias força:

i) O emprego das FFAA portuguesas em CRO e operações humanitárias encontra respaldo no ordenamento jurídico nacional e enquadramento no CEDN e CEM;

ii) A ONU, NATO e UE partilham um princípio fundamental de defesa da segurança humana e dispõem de um enquadramento doutrinário sobre o emprego de forças militares, subordinado aos princípios humanitários e às Diretrizes de Oslo e sobre a utilização de recursos militares e da proteção civil em apoio das atividades humanitárias das NU em situações de emergências complexas.

No terceiro capítulo, foram analisadas três missões, uma de IH no âmbito da ONU em TL 1999-2000 e duas de AH, uma no âmbito da NATO no Paquistão em 2005, e outra da ONU no Haiti em 2010, com o objetivo de identificar valências/capacidades empenhadas pelos CM envolvidos e, desta forma, responder à QD1. Para tal foi efetuada análise documental e aplicado o modelo abstrato de análise utilizado na investigação, que permitiu confirmar a validade dos conteúdos estudados no capítulo anterior, em especial sobre as tarefas primárias a desenvolver em operações de *peacekeeping*. A análise comparativa das três missões, permitiu concluir pela existência da tendência de emprego das seguintes valências/capacidades militares na realização das tarefas primárias de estabilização em IH e AH (Quadro 16): C2, forças terrestres ligeiras e médias, PM, engenharia, transporte estratégico marítimo e aéreo, transporte aéreo tático, ApSan, MEDEVAC, ApLog, capacidade oceânica de superfície, CIMIC, forças especiais, transporte terrestre, informação pública e especialistas.



Quadro 16 – Tendências de empenhamento de valências/capacidades em IH e AH

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES	
		IH	AH
Aliviar o sofrimento humano	Estabelecer um ambiente seguro e estável	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.	
	Proteger a população e infraestruturas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.	
	Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens	C2; Transporte estratégico marítimo e aéreo; Transporte aéreo tático; Capacidade oceânica de superfície; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.	
	Satisfazer as necessidades básicas da população	C2; ApSan; MEDEVAC; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias; Transporte terrestre; CIMIC; Informação Pública; Engenharia.	
Apoiar os esforços humanitários	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias; PM.	NA.
	Apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública	Especialistas/formadores militares.	NA.
	Apoiar os esforços na estabilização política	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.	
	Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos	C2; ApSan; Engenharia; CIMIC; ApLog.	
	Apoiar no restabelecimento das IC	C2; Engenharia; Reconhecimento aéreo; Forças especiais.	

No quarto capítulo e para responder à QD2, através de análise documental, foram identificadas aprendizagens no âmbito das capacidades das três operações humanitárias estudadas. Neste âmbito, foi apurado que as FFAA dispõem de capacidades militares muito valorizadas para emprego em IH e AH, nomeadamente: transporte aéreo estratégico e tático,



apoio médico de emergência e apoio de engenharia. A particularidade de cada uma das operações analisadas, também, permitiu identificar boas-práticas sobre o emprego de valências/capacidades militares, que poderão potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA portuguesas em missões desta natureza, destacando-se:

- i) A importância dos helicópteros na fase inicial de socorro;
- ii) O contributo dos navios de desembarque quando os portos estão inoperacionais;
- iii) A importância dos navios de reabastecimento na projeção da força;
- iv) O emprego de CEng ligeiras pela facilidade de projeção via aérea e helitransporte;
- v) A constituição de equipas médicas móveis;
- vi) A utilização de cães militares no controlo de tumultos e segurança;
- vii) A importância do ISTAR na avaliação do grau de destruição provocado pela catástrofe;
- viii) O recurso a oficiais de ligação na CIMIC.

No quinto capítulo, através de análise documental e condução de entrevistas semiestruturadas nos Comandos Operacionais das FFAA e ANEPC, pretendeu-se identificar as capacidades militares e respetivas lacunas mais relevantes do SF para empenhamento em IH e AH e, assim, responder à QD3. Pretendeu-se, também, confirmar que as FFAA portuguesas, fruto das suas características identitárias, evidenciam capacidade de empenhamento em IH e AH e que esta pode ser potenciada, nomeadamente através de: formação específica; treino de TTP doutrinários; exercícios; e melhoria das valências/capacidades militares mais relevantes para IH e AH. No que concerne às capacidades militares mais relevantes do SF para IH e AH, concluiu-se que todas as capacidades identificadas foram empregues nas missões analisadas e que são respetivamente: C2, sustentação logística, forças terrestres ligeiras e médias, ApSan, SAR urbano, engenharia e transporte estratégico marítimo e aéreo. A par das capacidades militares relevantes, também, foram identificadas lacunas nesta área, quer ao nível das comunicações, quer do transporte estratégico marítimo e aéreo, que serão colmatadas em sede da atual LPM, e que a falta de redundância de meios contribui para a existência de outras lacunas de capacidades.

Contributos para o conhecimento

Neste seguimento, têm-se como principais contributos para o conhecimento os seguintes factos:



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

- i) As principais capacidades militares empregues nas missões de IH e AH são: C2, forças terrestres ligeiras e médias, PM, engenharia, transporte estratégico marítimo e aéreo, transporte aéreo tático, ApSan, MEDEVAC, ApLog, capacidade oceânica de superfície, CIMIC, forças especiais, transporte terrestre, informação pública e especialistas;
- ii) As capacidades militares do SF mais relevantes para emprego em IH e AH são: C2, sustentação logística, forças terrestres ligeiras e médias, ApSan, SAR urbano, engenharia e transporte estratégico marítimo e aéreo;
- iii) As FFAA portuguesas têm lacunas de capacidades para empenhamento em IH e AH, ao nível das comunicações e transporte estratégico marítimo e aéreo, que se prevê sejam colmatas em sede da atual LPM, nomeadamente com a aquisição do NPL e das aeronaves KC-390 e com o investimento previsto nas capacidades de C2 do EMGFA e do Exército;
- iv) As FFAA portuguesas apresentam uma preocupante falta de redundância de meios, que contribui para a existência de outras lacunas de capacidades, nomeadamente as de duplo uso humanitário;
- v) As FFAA portuguesas dispõem de capacidade de empenhamento em missões de IH e AH;
- vi) As características identitárias das FFAA portuguesas como a prontidão, preparação técnica, adaptabilidade, flexibilidade, disponibilidade, organização e disciplina, torna-as especialmente competentes para empenhamento em operações humanitárias;
- vii) A capacidade de empenhamento das FFAA portuguesas em IH e AH pode ser potenciada através da incorporação de boas-práticas, designadamente com o emprego de helicópteros, navios de desembarque, navios de reabastecimento, CEng ligeiras, equipas médicas móveis, meios ISTAR, cães militares e oficiais de ligação;
- viii) A capacidade de empenhamento pode ainda ser potenciada através de formação específica, treino de TTP doutrinários, exercícios com organismos civis nesta área e melhoria dos meios e capacidades militares mais relevantes para IH e AH, nomeadamente antecipando as aquisições, previstas em sede de LPM, do navio reabastecedor e NPL.

Recomendações e outras considerações de ordem prática

Recomenda-se ao EMGFA a constituição de um grupo de trabalho com os ramos das FFAA, para elaboração de uma diretiva operacional para o seu emprego em operações humanitárias de resposta a situações de catástrofe ou calamidade no Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural. Outro aspeto, para o qual se recomenda uma atenção e



aprofundamento pelo EMGFA, prende-se com a viabilidade e adequabilidade de se empregar a FRI em missões de AH para resposta a situações de catástrofe ou calamidade.

Limitações da investigação e estudos futuros

Esta investigação aporta três limitações que importa considerar, ainda que lhe sejam alheias. A primeira, prende-se com a dificuldade de encontrar dados precisos sobre as valências/capacidades militares empregues e aprendizagens recolhidas pelos CM envolvidos nas missões estudadas, fruto da vastidão de documentos e publicações disponíveis e por estes apresentarem perspetivas de análise diferentes. A segunda, advém da falta de disponibilidade dos entrevistados, fruto das suas enormes responsabilidades e compromissos, que dificultaram o agendamento de audiências. A terceira, prende-se com a extensa quantidade de capacidades militares que concorrem para as MIFA de nível estratégico-militar, que poderão envolver um empenhamento das FFAA em IH e AH, e a sua contribuição por vezes difícil de mensurar.

No que respeita a estudos futuros, afigura-se pertinente, por um lado, analisar as missões de AH desenvolvidas por CM e organismos civis humanitários, para identificar módulos de capacidades militares para apoio das necessidades vitais decorrentes de um desastre natural, diferenciados por tipologias e, por outro, avaliar a capacidade de duplo uso humanitário dos meios e capacidades militares do SF 2014 que concorrem para as MIFA 2014 de nível estratégico-militar, que poderão envolver um empenhamento das FFAA em IH e AH.



Referências bibliográficas

- AAP-06. (2018). *NATO Glossary of Terms and Definitions*. Bélgica: NATO Standardization Office.
- Ballard, J. R. (2008). *Triumph of Self-Determination: Operation Stabilise and United Nations Peacemaking in East Timor*. Westport: Praeger Security International.
- Boniface, P. (1997). *Dicionário das Relações Internacionais* (H. Caprichoso, Trad.). Lisboa: Plátano Edições Técnicas.
- Boutros-Ghali, B. (1992). *An Agenda for Peace Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping* (A/47/277 - S/24111). Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf
- Branco, C. M. (2009). A participação de Portugal em operações de paz. Êxitos, problemas e desafios. *e-cadernos CES*, (6), pp. 86-141. Retirado de <https://journals.openedition.org/eces/365>
- Braz, C. M. (2013). *A manutenção da paz e a sua sustentabilidade: As missões da ONU e a contribuição militar portuguesa em Timor-Leste* (Tese de Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e da Segurança). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra [FEUC], Coimbra.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4.^a ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Carvalho, E. P. (2009). *Metodologia do Trabalho Científico* (2.^a ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Cecchine, G., Morgan, F. E., Wermuth, M. A., Jackson, T., Schaefer, A. G., & Stafford, M. (2013). *The U.S. Military Response to the 2010 Haiti Earthquake* [versão PDF]. Retirado de https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR300/RR304/RAND_RR304.pdf
- Central Intelligence Agency. (s.d.). *The World Factbook* [Página online]. Retirado de <https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/Pakistan.html>
- Centre for Research on the Epidemiology of Disasters. (2020). *Disaster Year in Review 2019*. Retirado de <https://www.preventionweb.net/publications/view/71642>
- Comissão Europeia. (2012). *Relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de proteção civil da União Europeia e sua aplicação em 2011* (COM(2012) 489 final).



- Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0489:FIN:PT:PDF>
- Comissão Europeia. (2014). *Relatório anual sobre as políticas da União Europeia em matéria de ajuda humanitária e de proteção civil e respetiva execução em 2013* (COM(2014) 537 final). Retirado de https://ec.europa.eu/echo/files/media/publications/annual_report/2013/COM_2014_537_pt.pdf
- Congressional Research Service. (2010). *CRS Report for Congress - Haiti Earthquake: Crisis and Response*. Washington: Congressional Research Service. Retirado de <https://fas.org/sgp/crs/row/R41023.pdf>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (1999a). *Fourth periodic report to the United Nations on the operations of the International Force, East Timor: 27 October to 10 November 1999* (S/1999/1169). Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/348050>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (1999b). *Report of the Secretary-General on the situation in East Timor* (S/1999/1024). Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/286642>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (2000a). *Seventh periodic report to the United Nations on the operations of the International Force, East Timor* (S/2000/236). Retirado de <https://digitallibrary.un.org/record/410398?ln=en>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (2000b). *Report of the Secretary-General on the United Nations Transitional Administration in East Timor (for the period 27 January-26 July 2000)* (S/2000/738). Retirado de <https://undocs.org/en/S/2000/738>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (2010a). *Rapport du Secrétaire général sur la Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (S/2010/200). Retirado de <https://undocs.org/fr/S/2010/200>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (2010b). *Rapport du Secrétaire général sur la Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (S/2010/446). Retirado de <https://undocs.org/fr/S/2010/446>
- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (2011). *Rapport du Secrétaire général sur la Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (S/2011/183). Retirado de <https://undocs.org/pdf?symbol=fr/S/2011/183>



- Conselho de Segurança das Nações Unidas. (2011). *Rapport du Secrétaire général sur la Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (S/2011/540). Retirado de https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Report_complet_28.pdf
- Conselho Superior de Defesa Nacional. (2014a). *Missões das Forças Armadas (MIFA)*. Lisboa: Autor.
- Conselho Superior de Defesa Nacional. (2014b). *Sistema de Forças Nacional (SFN)*. Lisboa: Autor.
- Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro (2015). *Aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar*. Diário da República, 1.ª Série, 211, 9298 - 9311. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-Lei n.º 62/2011, de 9 de maio (2011). *Estabelece os procedimentos de identificação e de protecção das infra-estruturas essenciais para a saúde, a segurança e o bem-estar económico e social da sociedade nos sectores da energia e transportes*. Diário da República, 1.ª Série, 89, 2624 - 2627. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Dennis, P., & Grey, J. (2010). *Raise, Train and Sustain: Delivering Land Combat Power*. Loftus: Australian Military History Publications.
- Diretiva Operacional n.º 004/CEMGFA/2018-ALT 1, de 30 de maio. (2018). *Força de Reação Rápida*. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas.
- Dorado, I. C. (2006). El Cuartel General en la Operación «Respuesta Solidaria-II» en Paquistán. *Revista Ejército*, (781), pp. 75-80. Retirado de https://publicaciones.defensa.gob.es/media/downloadable/files/links/r/e/revista_ejercito_781.pdf
- Exército. (2012). *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: Autor.
- Fachada, C., 2015. *O Piloto Aviador Militar: Traços Disposicionais, Características Adaptativas e História de Vida* (Tese de Doutoramento em Psicologia). Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Ferreira, S. (2020, fevereiro). A Lei de Programação Militar e a Lei de Infraestruturas Militares – EMGFA. Em: Curso de Promoção a Oficial General, *A Lei de Programação Militar e a Lei de Programação de Infraestruturas de Forças e Serviços de Segurança*. Painel organizado pelo Instituto Universitário Militar, Pedrouços.
- Fowler, A. H. (2016). *Stability Operations in East Timor 1999-2000: A Case Study* [versão PDF]. Retirado de



- [http://pksoi.armywarcollege.edu/default/assets/File/Stability%20Operations%20in%20East%20Timor\(1\).pdf](http://pksoi.armywarcollege.edu/default/assets/File/Stability%20Operations%20in%20East%20Timor(1).pdf)
- Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas* (4.^a ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Geographic Guide. (s.d.). Map of Haiti [Mapa cartográfico]. Retirado de <http://www.geographicguide.com/america-maps/haiti.htm>
- Geospatial Information Section. (2007). Map of the Regions of Timor-Leste, March 2007, N.º 4117 Rev. 6 [Mapa cartográfico]. Retirado de <https://www.refworld.org/docid/4937c7cd0.html>
- Geospatial Information Section. (2009). Map of MINUSTAH Deployment, september 2009 [Mapa cartográfico]. Retirado de <https://www.refworld.org/type,MAP,,HTI,4aae02280,0.html>
- Goldrick, J. (abril/junho de 2000). East Timor: Maritime lessons. (A. N. Institute, Ed.) *Journal of the Australian Naval Institute*, 26 (2).
- Gómez, J. J. (2006). El Elemento de Mando Avanzado em Paquistán. *Revista Ejército*, (781), pp. 81-87. Retirado de https://publicaciones.defensa.gob.es/media/downloadable/files/links/r/e/revista_ejercito_781.pdf
- Government of Canada. (2015, 12 de janeiro). Operation HESTIA [Página online]. Retirado de <https://www.canada.ca/en/department-national-defence/services/operations/military-operations/recently-completed/operation-hestia.html>
- Grünewald, F., & Renaudin, B. (2010). *Etude en temps réel de la gestion de la crise en Haïti après le séisme du 12 janvier 2010* (Rapport de mission). Retirado de <https://www.alnap.org/help-library/etude-en-temps-r%C3%A9el-de-la-gestion-de-la-crise-en-ha%C3%Afti-apr%C3%A8s-le-s%C3%A9isme-du-12-janvier>
- Idris, I. (2007). *Earthquake - 8/10: Learning from Pakistan's Experience* [versão PDF]. Retirado de <https://www.alnap.org/help-library/earthquake-810-learning-from-pakistan%E2%80%99s-experience>
- Inter-Agency Standing Committee. (2010). *Response to the Humanitarian Crisis in Haiti: Following the 12 January 2010 Earthquake*. Retirado de https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/B2987B3C2B0CB071852577600069D837-Full_Report.pdf



- Joint Analysis and Lessons Learned Centre. (2012). *The Haiti Case Study* [versão PDF]. Retirado de http://www.jallc.nato.int/products/docs/haiti_case_study.pdf.
- Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto (2005). *Aprova a sétima revisão da Constituição da República Portuguesa*. Diário da República, 1.ª Série A, 155, 4642 - 4686. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto (2015). *Segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil*. Diário da República, 1.ª Série, 149, 5311 - 5326. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho (2019). *Aprova a lei de programação militar e revoga a Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio*. Diário da República, 1.ª Série, 114, 2982 - 2985. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto (2014). *Procede à primeira alteração à Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho*. Diário da República, 1.ª Série, 166, 4545 - 4557. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro (2014). *Procede à primeira alteração à Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho*. Diário da República, 1.ª Série, 167, 4597-4611. Lisboa: Assembleia da República.
- Mayfield, T. O. (janeiro de 2011). Security in Humanitarian Operations. *Air Land Sea Bulletin*, (2011-1), pp. 10-13. Retirado de <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a539474.pdf>
- Ministério da Defesa Nacional. (2014). *Conceito Estratégico Militar (CEM)*. Lisboa: Conselho de Chefes de Estado-Maior.
- Ministério da Defesa Nacional. (2019). Lei de Programação Militar aprovada na Assembleia da República [Página *online*]. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=lei-de-programacao-militar-aprovada-na-assembleia-da-republica>
- NEP/INV-001(O). (2018). *Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- North Atlantic Treaty Organization. (2006). *NATO Handbook* [versão PDF]. Retirado de <https://www.nato.int/docu/handbook/2006/hb-en-2006.pdf>
- North Atlantic Treaty Organization. (2010a). *AJP 3.4(A) Allied Joint Doctrine for Non-Article 5 Crisis Response Operations*. Bruxelas: NATO Standardization Agency.



- North Atlantic Treaty Organization. (2010b, 27 de outubro). Pakistan earthquake relief operation [Página online]. Retirado de https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50070.htm
- North Atlantic Treaty Organization. (2015a). *AJP-3.4.3 Allied Joint Doctrine for the Military Contribution to Humanitarian Assistance*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization. (2015b). *AJP-3.4.5 Allied Joint Doctrine for The Military Contribution to Stabilization and Reconstruction*. Bruxelas: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization. (2017). *AJP-01 Allied Joint Doctrine*. Bruxelas: NATO Standardization Office. Retirado de https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/602225/doctrine_nato_allied_joint_doctrine_ajp_01.pdf
- North Atlantic Treaty Organization. (s.d.). *NATO's Operations 1949 - Present*. Retirado de <https://shape.nato.int/resources/21/NATO%20Operations,%201949-Present.pdf>
- ONU News. (2018, 19 de junho). *Guterres afirma que número de guerras triplicou na última década* [Página online]. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2018/06/1627732>
- ONU News. (2020, 17 de janeiro). *ONU realiza cerimônia em memória das vítimas do terremoto de 2010 no Haiti* [Página online]. Retirado de <https://news.un.org/pt/story/2018/06/1627732>
- Pinto, M. C. (2005). O uso da força nas operações de peacekeeping. *Política Internacional*, (28), pp. 106-125. Retirado de http://www.ipris.org/files/28/07PIn28_PintoS.pdf
- Pires, N. L., Rodrigues, A. & Silveira, J. (2006). NRF no Paquistão: Primeira missão de ajuda humanitária. *Jornal do Exército*,(551), 16-22.
- Popa I.-D. (2019). Some Considerations Related to NATO Intervention for Disaster Mitigation (Case Study: Pakistan Earthquake). *International Conference - The Knowledge-Based Organization*, XXV(1), 123-128. Retirado de <https://content.sciendo.com/view/journals/kbo/25/1/article-p123.xml>
- República do Haiti. (2010). *Haiti earthquake PDNA: Assessment of damage, losses, general and sectoral needs* (Annex to the Action Plan for National Recovery and Development of Haiti). Port-au-Prince: Governo da República do Haiti. Retirado de https://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/PDNA_Haiti-2010_Working_Document_EN.pdf



- Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 43/131, de 8 de dezembro (1988). *Assistência humanitária às vítimas de desastres naturais e situações de emergência similares*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas. Retirado de <http://research.un.org/es/docs/ga/quick/regular/43/131>
- Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas n.º 46/182, de 19 de dezembro (1991). *Fortalecimento da coordenação da assistência humanitária de emergência do sistema das Nações Unidas*. Nova Iorque: Assembleia Geral das Nações Unidas. Retirado de <https://undocs.org/es/A/RES/46/182>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2014 (2014). *Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Diário da República, 1.ª Série, 47, 1764 - 1780. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril (2013). *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, Diário da República. 1.ª Série, 67, 1981 - 1995 . Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2015, 27 de agosto (2015). *Aprova a Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência*. Diário da República, 1.ª Série, 167, 6421 - 6427. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009, de 26 de agosto (2009). *Aprova a Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento*. Diário da República, 1.ª Série, 165, 5603 - 5608. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1246, de 11 de junho (1999). *Adopted by the Security Council at its 4013th meeting*,. Nova Iorque: United Nations. Retirado de <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1246>
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1264, de 15 de setembro (1999). *Adopted by the Security Council at its 4045th meeting, on 15 September 1999*. Nova Iorque: United Nations. Retirado de <http://unscr.com/files/1999/01264.pdf>
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1272, de 25 de outubro (1999). *Adopted by the Security Council at its 4057th meeting, on 25 October 1999*. Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de <http://unscr.com/en/resolutions/doc/1272>
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1524, de 30 de abril (2004). *Adopted by the Security Council at its 4961st meeting*. Nova Iorque: United Nations. Retirado de [https://undocs.org/S/RES/1542\(2004\)](https://undocs.org/S/RES/1542(2004))



- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1892, de 13 de outubro (2008). *Adopted by the Security Council at its 6200th meeting*. Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de [https://undocs.org/S/RES/1892\(2009\)](https://undocs.org/S/RES/1892(2009))
- Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1908, de 19 de janeiro (2010). *Adoptée par le Conseil de sécurité à sa 6261e séance, le 19 janvier 2010*. Nova Iorque: Nações Unidas. Retirado de [https://undocs.org/S/RES/1908\(2010\)](https://undocs.org/S/RES/1908(2010))
- Santos, H. (2020, fevereiro). A Lei de Programação Militar e a Lei de Infraestruturas Militares – Força Aérea. Em: Curso de Promoção a Oficial General, *A Lei de Programação Militar e a Lei de Programação de Infraestruturas de Forças e Serviços de Segurança*. Painel organizado pelo Instituto Universitário Militar, Pedrouços.
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (Coords.) (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sarmiento, B. (2020, fevereiro). A Lei de Programação Militar e a Lei de Infraestruturas Militares – Marinha Em: Curso de Promoção a Oficial General, *A Lei de Programação Militar e a Lei de Programação de Infraestruturas de Forças e Serviços de Segurança*. Painel organizado pelo Instituto Universitário Militar, Pedrouços.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Saunders, M., Lewis, P., & Thornhill, A. (2009). *Research methods for business students* (5.ª ed.). Edinburgh: Pearson Education Limited.
- Stevens, D. (2007). *Strength Through Diversity: The Comned Naval Role in Operation Stabilise* [versão PDF]. Retirado de https://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/Working_Paper_20.pdf
- Strand, H., Rustad, S. A., & Nygård, H. U. (2019). *Trends in Armed Conflict, 1946–2018*. Retirado de www.prio.org/utility/DownloadFile.ashx?id=1858&type=publicationfile
- União Europeia. (2006). *Military support to EU disaster response: Identification and coordination of available assets and capabilities* (9462/3/06 REV3). Retirado de <https://www.eumonitor.eu/9353000/1/j9vvik7m1c3gyxp/vi7jgt4jbm5>



- União Europeia. (2007). Tratado de Lisboa. *Jornal Oficial da União Europeia*, (C 306), pp. 1-229. Retirado de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2007:306:FULL&from=PT>
- União Europeia. (2008). O Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária. *Jornal Oficial da União Europeia*, (C 25), pp. 1-12. Retirado de [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42008X0130\(01\)&from=PT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:42008X0130(01)&from=PT)
- United Nations. (2000). *As Nações Unidas e Timor Leste: A autodeterminação através de consulta popular* [versão PDF]. Retirado de http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_dh2_timor_onu.pdf
- United Nations. (2005). *Pakistan 2005 Earthquake: Early Recovery Framework*. Retirado de https://www.preventionweb.net/files/2634_frameworkpakeq.pdf
- United Nations. (2006). *Guidelines On The Use of Military and Civil Defence Assets To Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies*. Retirado de https://www.unocha.org/sites/unocha/files/01.%20MCDA%20Guidelines%20March%202003%20Rev1%20Jan06_0.pdf
- United Nations. (2007). *Oslo Guidelines: Guidelines on the use of foreign military and civil defense assets in disaster relief*. Retirado de https://www.unocha.org/sites/unocha/files/OSLO%20Guidelines%20Rev%201.1%20-%20Nov%202007_0.pdf
- United Nations. (2008). *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guideline*. Retirado de https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/capstone_eng_0.pdf
- United Nations Environment Programme. (2010). *Geo Haiti: State of the Environment Report 2010*. Retirado de [http://www.pnuma.org/deat1/pdf/GEO_Haiti2010_IN\(web\).pdf](http://www.pnuma.org/deat1/pdf/GEO_Haiti2010_IN(web).pdf)
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2004). *Glossary of Humanitarian Terms in relation to the Protection of Civilians in Armed Conflict 2003*. Retirado de https://inee.org/sites/default/files/OCHA_2003_Glossary_of_Humanitarian_Terms_in_relation_to_the_Protection_of_Civilians_in_Armed_Conflict.pdf



- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2007). *Diretrizes de Oslo*. Retirado de https://www.unocha.org/sites/unocha/files/OSLO%20Guidelines%20Rev%201.1%20-%20Nov%2007_0.pdf
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2017). *Guide for Governments: International Humanitarian Action*. Retirado de https://www.unocha.org/sites/unocha/files/dms/Guide%20for%20Governments%20-%20International%20Humanitarian%20Action_0.pdf
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2018). *OCHA Strategic Plan 2018-2021*. Retirado de <https://www.unocha.org/sites/unocha/files/OCHA%202018-21%20Strategic%20Plan.pdf>
- United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2019). *Global Humanitarian Overview 2020*. Retirado de https://www.unocha.org/sites/unocha/files/GHO-2020_v8.3.pdf
- Vialpando, E. (2016). *Stability Operations in Haiti 2010: A Case Study* [versão PDF]. Retirado de <http://pksoi.armywarcollege.edu/default/assets/File/Unified%20Response%20Haiti%20Case%20Study.pdf>
- Wiharta, S., Ahmad, H., Haine, J.-Y., Löfgren, J., & Randall, T. (2008). *The Effectiveness of Foreign Military Assets in Natural Disaster Response*. Retirado de https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/236476AD3257088DC125741000474F20-sipri_mar2008.pdf
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e Métodos* (C. M. Herrera, Trad.) Porto Alegre: Bookman.



Apêndice A — Corpo de Conceitos

Ajuda humanitária – recursos necessários para salvar vidas e aliviar o sofrimento humano (UN OCHA, 2004, p. 13).

Área de capacidade – “[...] conjunto agregador de capacidades que concorrem para a criação de um determinado efeito operacional tendo em vista o cumprimento das missões [cometidas às FFAA]” (CSDN, 2014b, p.6). Consideram-se as seguintes áreas de capacidade: C2; Emprego da Força; Proteção e Sobrevivência; Mobilidade e Projeção; Conhecimento Situacional; Sustentação; Autoridade, Responsabilidade, Apoio e Cooperação (CSDN, 2014b, pp. A1-A2).

Capacidade militar – “[...] conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade [...]” (CSDN, 2014b, p. 3).

Catástrofe – “[...] acidente grave ou a série de acidentes graves suscetíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional” (Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, p. 5316).

Ciências militares – “[...] corpo organizado e sistematizado de conhecimentos, de natureza multidisciplinar, resultante da investigação científica e de práticas consolidadas, avaliadas e reconhecidas pela comunidade científica, relativo ao desenvolvimento das metodologias e processos de edificação e emprego de capacidades militares utilizadas na defesa, vigilância, controlo e segurança dos espaços sob soberania ou jurisdição nacional, na resposta a crises, conflitos e emergências complexas, em missões humanitárias e de paz, em apoio ao desenvolvimento e bem-estar, na cooperação e assistência militar, bem como na atividade de segurança interna” (Decreto-Lei n.º 249/2015, de 28 de outubro, p. 9299).

Conflict Prevention – envolve atividades estruturais ou diplomáticas desenvolvidas para impedir que as disputas e tensões intraestatais e interestatais se transformem em conflitos violentos (United Nations, 2008, p. 17).

Emergência complexa – crise humanitária multifacetada num país, região ou sociedade, onde existe uma quebra total ou considerável de autoridade resultante de conflito interno ou externo e que exige uma resposta internacional multissetorial, que vai além do mandato ou da capacidade de qualquer agência e/ou o programa das NU. Tais emergências têm, em particular, um efeito devastador em crianças e mulheres e exigem uma gama complexa de respostas (UN OCHA, 2004, p. 6).

Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural – “[espaço que] decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e as diversas organizações em que Portugal se insere. Podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, quaisquer zonas do



globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar.” (CSDN, 2014a, p. 3).

Estado frágil – “[o] conceito de fragilidade do Estado refere-se muitas vezes a estruturas débeis ou em desagregação e a situações em que o contrato social é rompido devido à incapacidade ou à falta de vontade do Estado para assumir as suas funções de soberania, no que diz respeito ao Estado de direito, à proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais, à segurança da população, à redução da pobreza, à prestação de serviços, à transparência e equidade da gestão dos recursos e ao acesso ao poder” (RCM n.º 73/2009, de 26 de agosto, p. 5604).

Forças Armadas – “[...] instituição nacional incumbida de assegurar a defesa militar da República” (Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto, p. 4553).

Governança – “conceito mais amplo que governo, estendendo-se para além do papel e ações das instituições do setor público. Combina administração pública e estruturas do estado, políticos e exercício do poder, elaboração de políticas e sua implementação, e a relação entre o governo e a sociedade civil. É o mecanismo que garante a satisfação das necessidades básicas da população, o respeito pelos direitos das minorias, que a resolução de conflitos ocorre de forma pacífica e que a competição pelo poder acontece de forma não violenta” (Exército, 2012, p. B13).

Infraestrutura crítica – “a componente, sistema ou parte deste situado em território nacional que é essencial para a manutenção de funções vitais para a sociedade, a saúde, a segurança e o bem-estar económico ou social, e cuja perturbação ou destruição teria um impacto significativo, dada a impossibilidade de continuar a assegurar essas funções” (Decreto-Lei n.º 62/2011, de 09 de maio, p. 2624).

Lei de Programação Militar – “[...] programação do investimento público das FFAA em matéria de armamento e equipamento, com vista à modernização, operacionalização e sustentação do Sistema de Forças (SF), concretizado através da edificação das suas capacidades [...]” (Lei Orgânica n.º 2/2019, de 17 de junho, p. 2982).

Operação humanitária – é uma operação especificamente montada para aliviar o sofrimento humano, numa área em que os atores civis responsáveis não estão aptos ou não desejam apoiar adequadamente uma população (UN OCHA, 2004, p. 14).

Organização Internacional – é uma organização intergovernamental, regional ou global, regida pelo direito internacional, criada por um grupo de estados, com personalidade jurídica internacional atribuída por um acordo internacional, com o objetivo de criar direitos e obrigações aplicáveis para efeitos do cumprimento de uma determinada função e com objetivos comuns (AAP-06, 2018, p. 68).

Organização Não Governamental – é uma organização privada, voluntária, sem fins lucrativos e sem filiação governamental ou intergovernamental, criada com o objetivo de cumprir uma série de atividades, nomeadamente projetos relacionados com o desenvolvimento ou a promoção de uma causa específica e organizadas a nível local, nacional, regional ou internacional (AAP-06, 2018, pp. 87-88).



Peacebuilding – envolve uma série de medidas direcionadas para reduzir o risco do Estado cair ou recair em conflito, fortalecendo as capacidades nacionais em todos os níveis de gestão de conflitos e estabelecer as bases para a paz e o desenvolvimento sustentáveis (United Nations, 2008, p. 18).

Peaceenforcement – envolve a aplicação, com a autorização do CSNU, de uma série de medidas coercitivas, incluindo o uso de força militar (United Nations, 2008, p. 18).

Peacemaking – é um processo de resolução de conflitos direcionado ao período entre o cessar-fogo e o tratado de paz, com o objetivo de monitorar o cessar fogo e criar um ambiente propício às negociações para uma solução diplomática (United Nations, 2008, p. 17).

Peacekeeping – processo projetado para preservar a paz, ainda que frágil, onde os combates foram interrompidos e para ajudar na implementação de acordos alcançados pelos pacificadores. Ao longo dos anos, o *peacekeeping* evoluiu de um modelo sobretudo militar de observação de cessar-fogo e separação de forças após guerras interestatais, para incorporar um modelo complexo multidimensional (United Nations, 2008, p. 18).

Proteção – atividades destinadas a obter o pleno respeito pelos direitos do indivíduo, de acordo com a letra e o espírito dos direitos humanos, dos refugiados e do Direito Internacional Humanitário. A proteção envolve a criação de um ambiente propício ao respeito dos seres humanos, prevenindo e/ou aliviando os efeitos imediatos de um padrão específico de abuso e restaurando as condições de vida, por meio de reparação, restituição e reabilitação (UN OCHA, 2017, p. 88).

Proteção civil – “[...] atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram” (Lei n.º 80/2015, de 03 de agosto, p. 5316).



Apêndice B — Capacidades/recursos militares relevantes para emprego em catástrofes naturais

O Conselho Europeu, com base na análise dos recursos militares empregues nas catástrofes naturais abaixo referenciadas, identificou em 2006 que no futuro as capacidades e os recursos militares mais revelantes para emprego em ocorrências desta natureza, incluem os constantes do Quadro 18 (UE, 2006):

- 2004: Sismo e tsunami no Sudeste da Ásia;
- 2005: Furacão Katrina;
- 2005: Sismo no Paquistão;
- 2006: Cheias na Argélia;
- 2006: Sismo na Indonésia.

Quadro 18 – Capacidades/recursos militares relevantes para emprego em catástrofes naturais

CAPACIDADE	RECURSOS
Transporte Estratégico	<ul style="list-style-type: none">– Transporte aéreo estratégico de asa fixa, para transporte de carga, especialistas em socorro e/ou passageiros podendo incluir MEDEVAC;– Meios navais e cais com capacidade <i>Roll-on-Roll-off</i>.
Transporte tático	<ul style="list-style-type: none">– Aeronaves de transporte de asa fixa;– Helicópteros pesados/médios de transporte e helicópteros de MEDEVAC;– Viaturas pesadas todo o terreno (TT), para transporte de carga sólida e líquida como água e combustível;– Embarcações de águas interiores e barcos insufláveis;– Transporte anfíbio;– Ambulâncias.
Apoio Sanitário	<ul style="list-style-type: none">– HCamp, com capacidades de primeiros socorros, triagem, anestesiologia, medicina interna, atendimento de trauma cirúrgico e de emergência e apoio médico geral. E, ainda, capacidades para tratamento de vítimas de queimaduras e pacientes infetocontagiosos e contaminados com agentes NBQR;– Ambulâncias TT;– Capacidade de identificação de vítimas.
Engenharia	<ul style="list-style-type: none">– Capacidade de construção de vedações;– Máquinas de terraplanagem e de elevação vertical;– Capacidade de construções vertical e horizontal;– Capacidade de inativação de engenhos explosivos.
ApLog	<ul style="list-style-type: none">– Meios e capacidades logísticos necessários para apoiar as equipas de socorro civis e as tarefas gerais de socorro, designadamente:<ul style="list-style-type: none">• Meios de reabastecimento de água, incluindo meios de purificação, distribuição e controle de qualidade da água potável;• Meios de produção de energia (geradores elétricos);• Tendões e abrigos de emergência;• Confeção de alimentação com cozinhas de campanha móveis;• Sistema de reabastecimento de campanha, por períodos prolongados;• Especialistas em gestão logística;



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

CAPACIDADE	RECURSOS
	<ul style="list-style-type: none">• Meios de comunicações e sistemas de informação (comunicações via satélite, rede de rádio local e equipamentos de telecomunicações).
NBQR	<ul style="list-style-type: none">– Meios de reconhecimento, detecção, identificação e monitorização de agentes NBQR;– Capacidade para descontaminação de pessoal, terreno e infraestruturas com agentes NBQR;– Capacidade para tratamento médico de pacientes contaminados com agentes NBQR;– Especialistas em NBQR.
SAR	<ul style="list-style-type: none">– Equipas e meios para SAR de vítimas em ambientes urbano e anfíbio.
Oficiais de ligação e equipas de especialistas militares	<ul style="list-style-type: none">– Equipas de especialistas e oficiais de ligação a Centros de Coordenação de Operações Locais¹⁹ e equipas de coordenação nacionais ou internacionais.
Apoio marítimo	<ul style="list-style-type: none">– Os meios e capacidades marítimas podem sobrepor-se a outras capacidades. Especial atenção à dimensão marítima e às suas capacidades específicas, incluindo plataformas de helicópteros, instalações hospitalares, C2, reabastecimento de alimentos e purificação de água.

Fonte: Adaptado de UE (2006, pp. 21-22).

¹⁹ Destina-se a coordenar, em estreita cooperação com o governo do Estado afetado, as atividades e os esforços internacionais de socorro no local de um desastre.



Apêndice C — Modelo de análise

Relativamente ao modelo de análise, definiram-se como dimensões os aspetos caracterizadores da IH e da AH, designadamente: a capacidade de “aliviar o sofrimento humano” e o facto dos recursos militares, segundo as United Nations (2007, p. 12), serem empenhados como último recurso, em “apoio dos esforços humanitários”.

Seguidamente, cada uma das dimensões foram divididas em componentes correspondentes às cinco áreas da estabilização (proteção, ajuda humanitária, segurança pública, governação e IC) e, posteriormente, detalhadas e delimitadas em vários indicadores correspondentes às tarefas primárias de estabilização que melhor se enquadram na IH e AH.

A dimensão “aliviar o sofrimento humano”, considera as componentes da proteção e da ajuda humanitária. A componente “proteção”, que envolve a proteção da população local e das organizações humanitárias civis, considera os seguintes indicadores: estabelecer um ambiente seguro e estável, que permita às populações desenvolver as suas rotinas diárias sem receios e às autoridades e organismos humanitários civis realizar as suas atividades; proteger a população e as IC; e garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens, que pode envolver entre outras tarefas a escolta de colunas de viaturas e desminagem de itinerários. A componente “ajuda humanitária”, destinada a reduzir os efeitos da catástrofe, considera como único indicador satisfazer as necessidades da população, materializado na prestação de cuidados médicos de emergência e evacuação sanitária, distribuição de alimentos e água, fornecimento de alojamento de emergência, apoio na prevenção de doenças epidémicas e apoio em medidas básicas de salubridade, mas podendo igualmente incluir desminagem humanitária.

A dimensão “apoiar os esforços humanitários”, considera as componentes da segurança pública, governação e IC. A componente “segurança pública”, centra-se na reforma da justiça e na manutenção da lei e ordem e considera como indicador a tarefa de apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas pelas FFAA, cujo contributo poderá materializar-se no apoio ao treino das forças policiais do estado intervencionado, ou mesmo garantir a manutenção de um ambiente seguro e estável, até que as forças policiais sejam constituídas. A componente “governação”, direccionada para o restabelecimento da administração e dos serviços públicos considera os seguintes indicadores: apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública, que pode incluir o treino das FFAA e o apoio na sua organização e reequipamento; e apoiar os esforços na estabilização política, que pode envolver o apoio na realização de eleições. A componente “IC”, subdivide-se nos seguintes indicadores: apoiar no restabelecimento dos serviços básicos, nomeadamente no fornecimento de água potável e de energia elétrica, transportes, telecomunicações, assistência médica, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos, recolha e tratamento de esgotos e drenagem e tratamento de águas residuais; e apoiar no restabelecimento das IC, podendo as FFAA contribuir, através da engenharia militar, para a avaliação de danos e recuperação das infraestruturas de comunicações ou de vias de comunicação.



Apêndice D — Operações humanitárias: Casos de estudo

1. Operação humanitária: Timor-Leste (1999-2000)

Na sequência da consulta popular, que contou com a participação de 98% dos eleitores, a UNAMET comunicou que 21,5% dos timorenses votaram a favor da proposta de autonomia especial e 78,5% contra, optando pela independência de TL, resultado que conduziu à eclosão da violência pelas milícias pró-integracionistas (United Nations, 2000).

A situação humanitária em TL ficou crítica, com muitos edifícios destruídos, mais de metade da população deslocada, a administração pública e a justiça sem funcionar, o risco de interrupção no fornecimento de água e eletricidade e a inexistência de serviços médicos (CSNU, 1999a, pp. 3-5).

A INTERFET, liderada pela Austrália, chegou a Dili, em 20 de setembro de 1999, fortemente armada e com um mandato ao abrigo do capítulo VII da Carta das NU, para restaurar a lei e ordem em caso de violência (United Nations, 2000).

O cronograma da intervenção da INTERFET consta do Quadro 19.

Quadro 19 – Cronograma da intervenção humanitária em Timor-Leste (1999-2000)

Data	Atividade
15 de setembro de 1999	A Resolução n.º 1264 (1999) autoriza a criação da INTERFET.
17/18 de setembro de 1999	Lançamento aéreo de alimentos e itens de socorro.
20 de setembro de 1999	Início da projeção de forças da INTERFET para TL.
21 de setembro de 1999	Início das operações da INTERFET em TL.
24 de setembro de 1999	O Governo da Indonésia levantou a lei marcial
19 de outubro de 1999	O Governo da Indonésia reconheceu formalmente a independência de TL.
22 de outubro de 1999	Forças da INTERFET entraram no enclave de Oecussi.
25 de outubro de 1999	A Resolução n.º 1272 (1999) autoriza a criação da UNTAET.
31 de outubro de 1999	As FFAA, a polícia e os funcionários do governo da Indonésia deixaram TL.
17 de novembro de 1999	Sérgio Vieira de Melo assumiu as funções de Representante Especial do Secretário-Geral das NU em TL e Administrador Transitório da UNTAET. A INTERFET declarou todas as estradas de TL seguras.
13 de janeiro de 2000	Formalização do acordo de administração de fronteiras, com a assinatura do memorando de entendimento entre INTERFET, UNTAET e as FFAA Indonésias.
01 de fevereiro de 2000	A INTERFET iniciou a transferência de responsabilidades para a UNTAET pelo setor leste.
14 de fevereiro de 2000	Transferência de responsabilidade do setor central da INTERFET para a UNTAET.
15 de fevereiro de 2000	Transferência de responsabilidade do enclave de Oecussi da INTERFET para a UNTAET.
21 de fevereiro de 2000	Transferência de responsabilidade do setor ocidental da INTERFET para a UNTAET.
23 de fevereiro de 2000	A INTERFET transferiu formalmente a responsabilidade total pela segurança militar em TL para a UNTAET.

Fonte: Construído a partir de Ballard (2008), Fowler (2016), CSNU (1999b) e CSNU (2000a).

A UNTAET foi estabelecida pela Resolução do CSNU n.º 1272, de 25 de outubro de 1999, com um mandato, ao abrigo do capítulo VII da Carta das NU, para administrar transitariamente TL, desenvolver os esforços de reconstrução após a violência das milícias pró-integracionistas e manter a segurança após a partida da INTERFET (Fowler, 2016).



2. Operação humanitária: Paquistão (2005)

O terramoto que assolou o Paquistão, em 8 de outubro de 2005, localizou-se a 26 km de profundidade e o seu epicentro em Azad Jammu e Caxemira, a 19 km a nordeste de Muzaffarabad e a 90,2 km de Islamabad (United Nations, 2005, p. 3). Desde a sua criação, em 1947, o Paquistão não tinha sofrido nenhum desastre natural comparável (Wiharta et al., 2008, p. 107).

Em resultado do terramoto, 6.000 estabelecimentos de ensino (67% do total), 574 instalações de saúde (73% do total) e mais de 600.000 habitações ficaram danificadas ou destruídas, afetando mais de 3,5 milhões de pessoas (Idris, 2007, p. xii). O terramoto, também, provocou uma extensa destruição das estradas, metade dos sistemas de tratamento, armazenamento e distribuição de água foram destruídos e praticamente toda a rede de distribuição de energia e de comunicações ficou inoperacional (Wiharta et al., 2008, p. 115).

A operação de AH realizada pela NATO em socorro do Paquistão foi desenvolvida em duas fases. A primeira conduzida pela EADRCC, através de uma ponte aérea com ajuda humanitária para o Paquistão com mais de 160 voos, e a segunda materializada pelo envio da NRF-5 (Popa, 2019, p. 56).

Em 24 de outubro de 2005, o *Joint Command Lisbon* projetou o QG da Força-Tarefa Conjunta e a componente aérea para o Paquistão e em 29 de outubro a componente terrestre (NATO, 2010b).

As forças da NATO concluíram a sua missão no Paquistão em 6 de dezembro de 2005 e a missão terminou em 1 de fevereiro de 2006, a pedido do governo paquistanês (NATO, s.d., p. 7).

O cronograma da operação da NATO consta do Quadro 20.

Quadro 20 – Cronograma da operação da NATO no Paquistão (2005)

Data	Atividade
8 de outubro 2005	Terramoto atingiu o Paquistão.
10 de outubro 2005	Pedido de assistência pelas autoridades do Paquistão.
11 de outubro 2005	NAC aprovou ponte aérea para levar abastecimentos dos países da NATO e dos países parceiros para o Paquistão.
21 de outubro 2005	NAC autorizou a assistência adicional ao Paquistão. Ativação da NRF-5.
24 de outubro 2005	Projeção do QG da Força e da componente aérea.
29 de outubro 2005	Projeção da componente terrestre.
6 de novembro 2005	Primeira missão dos helicópteros da NATO.
9 de novembro 2005	Início da atividade do HCamp da NATO, em Bagh.
10 de novembro 2005	Início dos primeiros trabalhos de engenharia.
1 de fevereiro 2006	Fim da missão.

Fonte: Adaptado a partir de NATO (s.d.), NATO (2010b) e Pires et al. (2006).

Segundo Popa (2019), a NATO desenvolveu um esforço tremendo conforme refletem os seguintes dados estatísticos: (i) As unidades de engenharia da NRF-5 construíram abrigos e emergência, centros de saúde e escolas, removeram cerca de 41.000 m³ de escombros, construíram 18 muros de contenção e limparam estradas; (ii) As equipas CIMIC desenvolveram mais de 130 projetos; (iii) Os HCamp prestaram cuidados de saúde a cerca de 5.000 pacientes, realizaram cerca de 160 operações e as equipas médicas móveis visitaram mais de 51 aldeias e realizaram cerca de 3.500 consultas; (iv) As secções de purificação de água, através de quatro equipas, distribuíram cerca de 270.000 litros de água em Bagh e Arja.

3. Operação humanitária: Haiti (2010)

O hipocentro do terramoto foi a 13 km de profundidade e o epicentro perto de Léogâne, a aproximadamente 25 km a sudoeste de Port-au-Prince. Um abalo secundário, de magnitude 6,0 ocorreu imediatamente depois e, em 24 de janeiro, foram registados pelo menos 52 abalos secundários de magnitude 4,5 ou superior (IASC, 2010, p. 4).

O Governo da República do Haiti (2010, p. 4) estimou que no terramoto mais de 220.000 pessoas perderam a vida e mais de 300.000 ficaram feridas e segundo a UNEP (2010, p.18) mais de 600.000 (Figura 12) deixaram as áreas afetadas para procurar refúgio no resto do país.

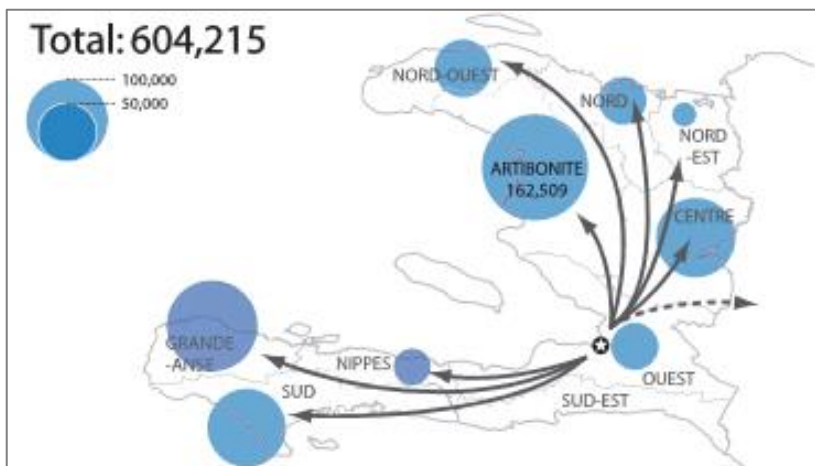


Figura 12 – Deslocamento da população para áreas não afetadas no Haiti

Fonte: UNEP (2010, p.19).

Decorrente do terremoto, cerca de 105.000 casas foram completamente destruídas e mais de 208.000 danificadas. Mais de 1.300 estabelecimentos de ensino e mais de 50 hospitais e centros de saúde entraram em colapso ou ficaram inutilizados (República do Haiti, 2010, p. 4). Parte do principal porto do país ficou inoperacional. O Palácio Presidencial, o Parlamento, os Tribunais de Justiça e a maioria dos edifícios dos Ministérios e da administração pública foram destruídos (República do Haiti, 2010, p. 24).

Os níveis de destruição e sofrimento resultantes do terremoto, de 12 de janeiro de 2010, provocaram uma resposta esmagadora de países e organizações em todo o mundo (Vialpando, 2016). O Quadro 21 identifica as áreas e os sistemas mais afetados com o terremoto.

Quadro 21 - Áreas e sistemas mais afetados no Haiti com o terremoto

Áreas e sistemas afetados	Antes do terremoto	Após o terremoto
Transporte	3.572 km de estradas (incluindo 690 km de estradas nacionais e 1.508 km de estradas municipais).	289 km das estradas nacionais destruídas e 4 pontes danificadas;
	Porto internacional de Port-au-Prince com 2 cais.	Porto internacional de Port-au-Prince seriamente afetado, com o cais norte destruído e o cais sul severamente danificado.
	Aeroporto internacional Toussaint Louverture, funcional, com dois terminais, um para tráfego internacional e outro para tráfego doméstico (Guy Malary).	A pista do aeroporto internacional ficou danificada, a torre de controle destruída e o terminal de passageiros danificado.
Saúde pública	49 hospitais e 274 clínicas e centros de saúde	30 hospitais destruídos ou severamente danificados e 19 com alguns danos; 21 clínicas e centros de saúde destruídos ou severamente danificados e 253 com alguns danos, mas funcionais.
Educação	4.268 estabelecimentos de ensino (169 pré-escolar, 2.800 de ensino primário, 1.233 de ensino secundário, 17 de ensino profissional e 49 de ensino universitário).	1.352 estabelecimentos de ensino destruídos (60 de pré-escolar, 849 de ensino primário, 401 de ensino secundário, 17 de ensino profissional e 25 de ensino universitário).
Habitação	---	105.369 habitações destruídas e 208.164 danificadas (1.292.707 pessoas desalojadas).
Administração pública	15 ministérios governamentais.	O Palácio Presidencial, o Parlamento, o gabinete do Primeiro Ministro e a maioria dos edifícios dos ministérios e da administração pública foram destruídos ou severamente danificados; Apenas 2 ministérios ficaram funcionais.



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

Segurança pública	Os recursos humanos e materiais afetos à segurança pública eram insuficientes.	As perdas humanas e materiais dificultaram a ação da <i>Haiti National Police Force</i> ; A presença policial era insuficiente nos campos de refugiados, com reflexos negativos na segurança e aumento dos crimes contra a propriedade e violência de gênero.
Justiça	Acesso à justiça era difícil; 17 prisões, com 80% dos presos em instalações lotadas.	49 edifícios afetos à justiça ficaram danificados e os seus arquivos destruídos e a atividade judicial foi consideravelmente reduzida; 80% do setor da justiça, em Port-au-Prince, foi afetado pelo terremoto; A prisão de Port-au-Prince ficou destruída e cerca de 4.000 presos escaparam; A segurança nas prisões piorou, com a redução de espaços e recursos.
Economia	Taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB): 3,6%.	Taxa de crescimento do PIB: - 8,5%.
Setor de produção	Agricultura: 1,5 milhões ha de terrenos cultivados; Comércio e Indústria: 2009 foi um ano dinâmico para as indústrias de transformação, que cresceu 5% e o setor de construção e obras públicas, que cresceu 3%. As exportações de têxteis aumentaram 10% no mesmo período.	Agricultura: Detritos e deslizamentos de terra danificaram os sistemas de irrigação de mais de 3.500 ha de terras agrícolas; Comércio e Indústria: A produção cessou. O setor de comércio formal foi bastante afetado (90% do centro comercial de Port-au-Prince foi destruído) e o setor informal afetado principalmente pela perda de vidas humanas.
Energia	---	A maioria dos danos verificou-se na central elétrica de Carrefour (33,7 MW), em Port-au-Prince, que foi desligada como medida de segurança; Os danos na rede de distribuição de energia foram significativos.
Água e saneamento	70% da população nos ambientes urbanos e 51% nas áreas rurais tem acesso a fontes de água potável; 29% da população nas áreas urbanas e 12% nas áreas rurais tem acesso a saneamento.	Significativos danos nos sistemas de captação de água, canos e reservatórios; O terremoto teve pouco impacto nos equipamentos e instalações de gestão de resíduos sólidos.
Comunicações	Rede telefónica fixa e serviço de <i>internet</i> operacionais; 3 operadoras de telefonia móvel (COMCEL, DIGICEL e HAITEL) operacionais.	A rede telefónica fixa ficou inoperacional; As três operadoras de telefonia móvel sofreram danos consideráveis nas instalações e nos equipamentos; O sistema de comunicação por fibra ótica que servia o sistema financeiro e o Palácio Nacional ficou inoperacional; Os operadores do serviço de <i>internet</i> perderam alguns de seus equipamentos nos telhados dos edifícios e declararam que cerca de 40% dos clientes ficara sem <i>internet</i> .

Fonte: Contruído a partir de República do Haiti (2010).

Quando ocorreu o terremoto, a MINUSTAH já estava no Haiti há seis anos e contava com um efetivo superior a 11.000 militares e civis, porém a sua capacidade para responder ao terremoto e prestar socorro às vítimas foi severamente afetada com a destruição do QG da missão da ONU (Figura 13) e a perda de mais de uma centena de vidas e muitos feridos (Vialpando, 2016).



Figura 13 - QG da MINUSTAH após o terremoto
Fonte: ONU News (2020).

Em 12 de janeiro de 2010, por ocasião do trágico terremoto, a componente militar da MINUSTAH incluía uma CCmd (Filipinas), nove BI (Uruguai-2, Siri Lanka, Brasil, Jordânia, Nepal-2, Argentina e Chile), duas CI (Bolívia e Peru), uma Companhia de PM (Guatemala), duas CEng (Chile/Equador e Brasil), um HCamp (Argentina) e unidades de helicópteros (Argentina, Chile e Uruguai) (GIS, 2009).

Em 19 de janeiro de 2010, o CSNU autorizou o aumento do efetivo da componente militar da MINUSTAH até 8.940 militares e da componente policial até 3.711 policiais, para apoiar os esforços imediatos de recuperação, reconstrução e estabilização do país (RCSNU n.º 1908, de 19 de janeiro, 2010, p. 1). O efetivo da componente militar foi progressivamente reforçado até final de 2010, com um segundo BI brasileiro, duas CEng do Japão e Coreia do Sul e efetivos de PM da Guatemala (CSNU, 2010a, p. 8) e até setembro de 2011, com duas CEng do Paraguai e Indonésia (CSNU, 2011b, p. 20).

Em resposta ao pedido de AH do governo do Haiti, 26 países, enviaram recursos militares significativos, incluindo capacidades de engenharia, de ApLog e de apoio médico de emergência e participaram numa ampla gama de atividades, *e.g.* SAR, administração do aeroporto, reabertura do porto, remoção de entulho, distribuição de ajuda humanitária, apoio médico de emergência e participação em planos de reconstrução e de segurança (JALCC, 2012). O Canadá, os EUA e a República Dominicana inicialmente forneceram os maiores CM (IASC, 2010, p. 10).



Apêndice E — Quadro comparativo das capacidades empenhadas nas missões estudadas

O Quadro 22 apresenta uma síntese com a comparação das capacidades militares empenhadas nas três missões analisadas no presente estudo, uma de IH no âmbito da ONU, em TL e duas de AH, uma no âmbito da NATO no Paquistão em 2005 e outra no âmbito da ONU no Haiti em 2010.

Quadro 22 – Quadro comparativo das capacidades empenhadas nas missões estudadas

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES MILITARES		
		Timor-Leste, 1999-2000	Paquistão, 2005	Haiti, 2010
Aliviar o sofrimento humano	Estabelecer um ambiente seguro e estável	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.	NA.	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.
	Proteger a população e infraestruturas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.	C2; Engenharia.	C2; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.
	Garantir a liberdade de movimentos para pessoas e bens	C2; Transporte estratégico marítimo e aéreo; Transporte aéreo tático; Capacidade oceânica de superfície; Forças terrestres ligeiras e médias.	C2; Transporte aéreo estratégico e tático; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.	C2; Transporte estratégico marítimo e aéreo; Transporte aéreo tático; Capacidade oceânica de superfície; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia.
	Satisfazer as necessidades básicas da população	C2; ApSan; MEDEVAC; Forças terrestres ligeiras e médias; Engenharia; Transporte terrestre.	C2; ApSan; MEDEVAC; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias; CIMIC; Engenharia.	C2; ApSan; MEDEVAC; Transporte aéreo tático; Forças terrestres ligeiras e médias; Informação pública; Engenharia.
Apoiar os esforços humanitários	Apoiar o restabelecimento da segurança e ordem públicas	C2; Forças terrestres ligeiras e médias; PM;	NA.	NA.



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

DIMENSÕES	INDICADORES	CAPACIDADES MILITARES		
		Timor-Leste, 1999-2000	Paquistão, 2005	Haiti, 2010
	Apoiar o restabelecimento das capacidades da administração pública	Militares especialistas/formadores.	NA.	NA.
	Apoiar os esforços na estabilização política	NA.	NA.	C2; Forças terrestres ligeiras e médias.
	Apoiar no restabelecimento dos serviços básicos	C2; ApSan; Engenharia; CIMIC; ApLog.	C2; Engenharia; ApLog.	C2; Engenharia; ApLog.
	Apoiar no restabelecimento das IC	C2; Engenharia.	C2; Engenharia.	C2; Reconhecimento aéreo; Engenharia; Forças especiais.



Apêndice F — Guião das entrevistas e análise das respostas

Questões da entrevista:

Q1	Considera que as Forças Armadas portuguesas têm capacidade de empenhamento em missões de IH e AH? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Em caso negativo porquê?
Q2	Quais os meios/valências e capacidades militares do SF 2014 mais relevantes para empenhamento em missões de IH e AH?
Q3	Quais as fragilidades / lacunas das FFAA mais relevantes, em termos de capacidades, para empenhamento em missões de IH e AH?
Q4	Como potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA em missões de IH e AH?
Q5	Quais as características identitárias diferenciadoras das FFAA que as tornam especialmente aptas para empenhamento em operações humanitárias?

Quadro 23 – Relação das entidades entrevistadas

#	Entidade	Organização	Cargo
E 1	TGEN Marco António Mendes Paulino Serronha	EMGFA	Chefe do Estado-Maior do Comando Conjunto para as Operações Militares
E 2	CALM Valentim José Pires Antunes Rodrigues	Marinha	2.º Comandante Naval
E 3	TGEN António Martins Pereira	Exército	Comandante das Forças Terrestres
E 4	TGEN Eurico Fernando Justino Craveiro	Força Aérea	Comandante Aéreo
E5	BGEN José Manuel Duarte da Costa	ANEPC	Comandante Nacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil

Observação: As transcrições completas das respostas dos entrevistados às questões encontram-se arquivadas com o autor do presente TII.

Quadro 24 - Unidades de contexto e de registo da questão 1

Entre visto	Unidade de contexto
E1	A realidade diz que sim, por diversas razões e a principal razão é a questão da prontidão dos meios. Têm capacidade de empenhamento, embora as FFAA não tenham muitas ações nesta área.
E2	Sim, as FFAA têm essa capacidade.
E3	Sim.
E4	Sim, a história tem comprovado que as FFAA dispõem essa capacidade.
E5	Sim, as FFAA portuguesas têm essa capacidade.
Conclusão da questão 1: 100% dos inquiridos concordam que as FFAA portuguesas têm capacidade de empenhamento em missões de IH e AH.	

Quadro 25 - Unidades de contexto e de registo da questão 2

#	Unidade de contexto
E1	Muitas das capacidades do SF têm duplo uso, a questão da sua eficácia pode ser discutível. Temos as capacidades de C2, as capacidades logísticas, de transporte e de apoio, bem como as capacidades de combate, porque pode ser necessário criar algum grau de segurança, as capacidades de comunicações, para apoio do C2, não só da componente militar, mas também das



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

	<p>componentes civis. De algum modo a capacidade CIMIC, como é o caso da Companhia Geral CIMIC que pode no terreno coordenar a ação humanitária da componente militar e desempenhar um papel importante na integração e coordenação da ação humanitária.</p> <p>A capacidade de ApSan de campanha em algum tipo de áreas é também crítico.</p>
E2	<p>Existem muitas capacidades relevantes para estas missões, nomeadamente a sustentação logística, o ApLog através da alimentação, o ApSan e psicossocial, a segurança e vigilância, a SAR urbana, o combate a incêndios limitado, o apoio de engenharia, o transporte estratégico marítimo e aéreo, o transporte tático aéreo, a defesa NBQR e a capacidade hidrográfica, caso seja necessário realizar levantamentos hidrográficos expeditos, bem como a capacidade de construção e reparação de portos.</p>
E3	<p>C2, Forças Ligeiras, Forças Médias, Operações Especiais, ISTAR, transporte terrestre, proteção e sobrevivência e sustentação logística.</p>
E4	<p>Ao nível do C2, é uma área em que a Força Aérea tem uma grande robustez e tem inclusive a capacidade de criar destacamentos nesta área para poder apoiar. Os outros ramos, também, têm e a interoperabilidade é essencial.</p> <p>Depois existem outras áreas como a inativação de explosivos, a área de SAR com equipas cinotécnicas que podem ajudar em situações de crise.</p> <p>Na área terrestre, o Exército com máquinas de engenharia.</p>
E5	<p>A primeira condição fundamental para uma IH ou AH é a segurança dos operacionais, quer seja a segurança no âmbito <i>safety</i>, quer seja no âmbito <i>security</i> no sentido lato. A partir do momento em que está assegurada a segurança, o que faz a diferença é colmatar as necessidades sanitárias, nomeadamente as capacidades hospitalares, de purificação de água, de prestar primeiros socorros e de apoiar estruturas hospitalares. Sendo que 90% dos pedidos do Mecanismo Europeu de Proteção Civil têm um cariz sanitário.</p> <p>Qualquer país que tenha o <i>Strategic Scope</i> de projetar as suas forças militares, como a Alemanha que anos atrás investiu em duas áreas: capacidade de engenharia e capacidade de apoio sanitário. Assim, as capacidades militares relevantes são a segurança, apoio sanitário e engenharia.</p> <p>A projeção estratégica marítima e aérea também é importante, mas não essencial atualmente, mas a segurança, apoio sanitário e engenharia aparecem sempre em primeiro lugar. A capacidade de transporte estratégico apenas é essencial em ambiente de conflito, onde os meios de transporte civis não vão.</p>
<p>Conclusão da questão 2: 80% dos inquiridos consideram a engenharia (capacidade de proteção e sobrevivência) a capacidade mais relevante para empenhamento em IH e AH.</p> <p>60% dos inquiridos consideram que as valências e capacidades militares do SF mais relevantes são as seguintes: C2, sustentação logística, capacidades de combate (forças terrestres ligeiras e médias) e ApSan.</p> <p>40% dos inquiridos consideram que SAR urbano e transporte estratégico marítimo e aéreo são as capacidades mais relevantes para empenhamento em IH e AH.</p> <p>20 % dos inquiridos (um inquirido) consideram que as valências e capacidades militares do SF mais relevantes são as de comunicações, CIMIC, ISTAR, transporte aéreo tático, hidrográfica, construção e reparação de portos, NBQR, operações especiais, transporte terrestre, purificação de água e inativação de explosivos.</p>	

Quadro 26 - Unidades de contexto e de registo da questão 3

#	Unidade de contexto
E1	<p>Por um lado, as FFAA, têm a capacidade de planear uma IH e AH e o <i>know-how</i> que é preciso para isso. Mas é algo que as FFAA não trabalham, pois a IH e AH não está muito dentro do nosso pacote de treino.</p> <p>Há diversas lacunas, mediante a tipologia das necessidades que podem resultar de sismos, cheias, etc e isto não temos tipificado sobre o ponto de vista de bases de dados e conhecimento, e só tendo listada as necessidades é que percebemos quais as capacidades e como podemos fazer a diferença.</p> <p>Em termos de lacunas, surge uma necessidade crítica que se aplica em todo o lado, que é a purificação de água e que no caso das FFAA é muito reduzida e que poderá fazer a diferença. A Alemanha investiu muito na capacidade de produzir água potável, através de uns atrelados que</p>



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

	<p>produzem 20.000 a 30.000 litros de água por dia e já engarrafa, em garrafas PET²⁰ e trata-se de uma capacidade que não serve apenas para operações humanitárias, mas também para apoio em situação de catástrofe em TN. A capacidade de apoio sanitário de campanha, nomeadamente a capacidade laboratorial. Lembro-me o caso do ébola na Guiné onde projetamos ou estivemos para projetar um laboratório com capacidade de realizar análises. E já não falo na capacidade de transporte estratégico. Outra lacuna que já foi identificada nacionalmente e que pode apoiar uma operação no terreno, mesmo organizações humanitárias civis, é uma capacidade de comunicações que possa criar uma rede, onde as comunicações militares através das suas capacidades de satélite geram redes 3G e 4G, onde se possam ligar telemóveis civis.</p> <p>Estou convencido que se conseguirmos conduzir uma operação humanitária de escalão Batalhão (-), com cerca de 300 militares, as capacidades que a força leva esgotam muitas das capacidades das FFAA portuguesas durante o período em que estiverem empenhadas, por exemplo em comunicações, capacidades sanitárias, etc e essencialmente por falta de redundância.</p>
E2	<p>A falta de transporte estratégico marítimo e aéreo é muito grande, pelo que as FFAA necessitam de um NPL e dos aviões KC-390.</p> <p>O Exército necessita de melhores meios de transporte terrestre, pois a maioria dos que dispõe estão mais vocacionados para a proteção da força e para o apoio de fogos e necessita de mais e melhores meios de engenharia ao nível de equipamentos de engenharia e viaturas pesadas mais robustas adequadas ao apoio a catástrofes.</p> <p>Existem também muitas lacunas associadas aos sistemas de comunicações e C2, que na sua maioria não são interoperáveis. Também não existem plataformas de partilha de dados e não existem planos de contingência estabelecidos para esta tipologia de missões.</p> <p>A falta de redundância de meios em algumas capacidades obriga ao emprego das prioridades de comando.</p>
E3	<p>ISTAR apesar de existirem melhorias, não são suficientes, transporte estratégico para capacidade de projeção, proteção da força, no que diz respeito a apoio aéreo próximo e evacuação médica (falta de helicópteros).</p>
E4	<p>As lacunas advêm muito das FFAA terem perdido, nos últimos tempos, capacidade redundante, pelo que se aplicarem os seus recursos nestes cenários supletivos depois não conseguem cumprir as suas missões diariamente.</p> <p>A Força Aérea não tem atualmente capacidade de transporte aéreo estratégico, embora o C-130 com algumas paragens possa aproximar-se do limiar do estratégico. Apenas o novo meio KC-390 irá conferir algumas valências estratégicas, quer em termos de tonelagem, quer em termos de volumetria da aeronave e de alcance.</p> <p>Existe outra área que a Força Aérea e as FFAA não dispõem, mas que têm de desenvolver urgentemente, que é o espaço, por ser uma área absolutamente crucial para o futuro, nomeadamente para missões desta natureza.</p>
E5	<p>Uma das fragilidades das FFAA assenta nas comunicações e na sua interoperabilidade, devido às diferentes tipologias de rádios utilizados pelos ramos.</p>
<p>Conclusão da questão 3: 80% dos inquiridos consideram o transporte estratégico a capacidade mais relevante para empenhamento em IH e AH.</p> <p>60% dos inquiridos consideram que as comunicações outra das lacunas mais relevantes para empenhamento em missões de IH e AH e referem a falta de redundância ao nível de algumas capacidades como uma fragilidade.</p> <p>20 % dos inquiridos (um inquirido) atribui relevância a outras lacunas das FFAA para empenhamento em missões de IH e AH, nomeadamente: purificação de água, capacidade laboratorial no ApSan, meios de transporte terrestres (viaturas pesadas), C2, engenharia, ISTAR, helicópteros para apoio aéreo próximo e MEDEVAC. Foi, ainda, destacada a capacidade espacial como uma lacuna que as FFAA têm de desenvolver urgentemente.</p>	

²⁰ PET - Politereftalato de Etileno Amorpho



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

Quadro 27 - Unidades de contexto e de registo da questão 4

#	Unidade de contexto
E1	<p>O primeiro passo é conhecer bem o problema, para no processo de planeamento das capacidades militares ter bem identificado a possibilidade de duplo uso para operações humanitárias e muitas vezes não entramos em consideração com isso. O Exército, até porque muitos dos meios que utiliza já não têm grande facilidade de duplo uso, não consegue tão pouco ou não tem introduzido essa mentalidade de abordar essa questão dessa maneira. Por exemplo, a Marinha tem recorrido mais a esta perspetiva de duplo uso, embora possa não ser o duplo uso humanitário e a Força Aérea também porque os aviões ao cabo e ao resto servem para projeção estratégica e os helicópteros também podem ser utilizados em ajuda humanitária.</p> <p>Julgo que pelo menos deveria existir alguma preocupação em termos de treino e realização de exercícios, que obrigue os militares a pensar um pouco nisso e que tenha alguma substância doutrinária, porque também existe alguma doutrina nesta área.</p>
E2	<p>Melhorar os sistemas de comunicações e de C2 e a sua interoperabilidade. Adquirir meios de transporte estratégico marítimo e aéreo. Adquirir meios de transporte terrestre mais robustos para situações de dificuldade de mobilidade. Completar o processo de gestão e operação dos meios aéreos de combate a incêndios na Força Aérea. Melhorar os meios de engenharia do Exército. Incrementar a formação nesta área de atuação das FFAA, bem como as ações de treino e os exercícios conjuntos com outros agentes que atuam no terreno nestas missões. Constituir uma força conjunta de Apoio Militar de Emergência, através da FRI, com capacidades próprias, formação adequada e com planos e treino específico nesta tipologia de missões.</p>
E3	<p>Formação para melhorar os níveis linguísticos dos militares.</p>
E4	<p>Vejo dois caminhos essenciais. O primeiro consiste em identificar as lacunas que existem na área civil, ou seja, aquelas onde as FFAA seriam mais relevantes e ver como as nossas capacidades melhor se adequam às lacunas existentes. Isto consiste num trabalho de planeamento ao nível do SF, que é construir o SF numa perspetiva de multiuso, criando logo a parte da interoperabilidade com as áreas civis. Outro caminho é ao nível do treino e preparação das FFAA e criar oportunidades de integração com agentes civis, quer através da participação em exercícios, quer através da participação em missões internacionais conjuntas, para criar uma dinâmica para que depois possa tudo funcionar melhor quando for preciso.</p>
E5	<p>Formação, meios e doutrina. E depois é preciso treinar e participar em exercícios, nomeadamente com outros organismos civis.</p>
<p>Conclusão da questão 4: 80% dos inquiridos mencionam que para potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA em IH e AH é necessário treinar e participar em exercícios com outros atores humanitários civis.</p> <p>60% dos inquiridos consideram que é necessário incrementar a formação específica no âmbito destas missões e a formação linguística dos militares.</p> <p>40% dos inquiridos consideram que é necessário acompanhar a doutrina de emprego da IH e AH e investir na aquisição e melhoria das capacidades militares mais relevantes para potenciar a capacidade de empenhamento das FFAA em IH e AH. Os inquiridos também referiram a necessidade do planeamento ao nível do SF identificar as lacunas existentes na área civil e verificar de que modo as capacidades militares se adequam a essas lacunas.</p> <p>20% dos inquiridos (um inquirido) referiu a necessidade de constituir, através da FRI, uma força conjunta de Apoio Militar de Emergência, com capacidades próprias, formação adequada e planos de contingência.</p>	

Quadro 28 - Unidades de contexto e de registo da questão 5

#	Unidade de contexto
E1	<p>Os grandes fatores diferenciadores são a capacidade de mobilizar recursos e vontades num curto espaço de tempo e nem precisa ser em operações humanitárias no exterior, até para distribuir equipamentos de proteção individual às escolas no TN, por exemplo. Outro é a capacidade de organizar num curto espaço de tempo apoios que não são do seu core business para dar uma resposta num curto espaço de tempo. Portanto a prontidão e a capacidade de organização são fatores diferenciadores, para além da habilidade técnica como é lógico.</p> <p>A capacidade de organização também resulta das capacidades de adaptação e flexibilidade que os militares possuem, bem com da sua preparação técnica e sanitária.</p> <p>Outro fator é a disponibilidade, pois as FFAA são caracterizadas pela disponibilidade permanente.</p>



A capacidade de empenhamento em intervenção humanitária e em assistência humanitárias das Forças Armadas.

E2	As principais características são a prontidão, flexibilidade, rapidez de resposta, disciplina, cultura organizacional e facilidade de adaptação.
E3	Prontidão (disponibilidade), organização e capacidade de planeamento. Foi o que se demonstrou na operação no contexto da tempestade Idai, em Moçambique, em comparação com outras entidades.
E4	Se pudesse designar três características seriam a adaptabilidade, a flexibilidade e a organização. As principais são a capacidade de adaptação e a flexibilidade que os militares cultivam em qualquer um dos ramos e que são intrínsecas à nossa missão. Outra é a organização, ou seja, a forma como nos organizamos para as missões, característica que os militares desenvolvem desde a escola mais básica de formação. Todos nós sabemos que quando temos uma missão, focamos na missão, reunimos os recursos e cumprimos e isso é absolutamente essencial em situações caóticas de organização.
E5	Algumas das características é a capacidade de integração com os outros países e com as populações, a capacidade de versatilidade, capacidade de adquirir procedimentos e capacidade de disciplina muito grande. Também a disponibilidade permanente é um trunfo fundamental, a par da adaptabilidade e flexibilidade, que derivam da capacidade das FFAA se adaptarem a todos os ambientes e estar com todas as pessoas.
Conclusão da questão 5: 80% dos inquiridos consideram que as FFAA são especialmente aptas para empenhamento em operações humanitárias devido às suas capacidades de adaptação e flexibilidade. 60 % dos inquiridos identificam a prontidão, disponibilidade e organização como características identitárias das FFAA que as tornam aptas para empenhamento em operações humanitárias. 40% dos inquiridos consideram a preparação técnica das FFAA e a sua disciplina como as características identitárias das FFAA que as tornam aptas para empenhamento em operações humanitárias. 20% dos inquiridos consideram também a capacidade de integração das FFAA com outros países e outras populações e sua capacidade de planeamento como identitárias.	